



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

RELAÇÃO ENTRE LÍNGUAS: *diferentes modos de dizer o português brasileiro*

ADRIANA DA SILVA

SÃO CARLOS
2011



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**RELAÇÃO ENTRE LÍNGUAS: diferentes modos de dizer o português
brasileiro**

ADRIANA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Linha de pesquisa: **Linguagem e discurso**

Orientadora: Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva

SÃO CARLOS

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S586rL

Silva, Adriana da.

Relação entre línguas : diferentes modos de dizer o português brasileiro / Adriana da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

95 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Linguística. 2. Enunciação. 3. Sujeito. 4. História. 5. Lusofonia. I. Título.

CDD: 410 (20^a)



**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
ADRIANA DE SILVA**

Prof.^a. Dr.^a. Soeli Maria Schreiber da Silva
Orientadora e Presidente
UFSCar – São Carlos

Prof.^a. Dr.^a. Sheila Elias de Oliveira
Membro externo
UNICAMP - Campinas

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas
Membro interno
UFSCar – São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 31/08/2011.
Homologada na ___ reunião da CPGL, realizada em ___/___/2011.

Prof. Dr. Oto Araújo Vale
Coordenador do PPGL

Dedico este trabalho a meus pais, Maria Aparecida e Roberto in memória pelo apoio, incentivo e carinho que deram a mim ao longo destes anos;

A meu marido, Monteiro e ao meu filho Enzo pela compreensão e por todos os momentos em que estive ausente em prol deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço À minha querida prof^a. Soila, minha orientadora, pelo convívio ao longo de anos e pelas orientações que possibilitaram a realização desta pesquisa;

À prof^a. Sheila e ao prof. Baronas, pela leitura que fizeram do meu trabalho a qual me ajudou a *trilhar* um caminho em direção e conclusão desta pesquisa.

Aos meus pais, Maria Aparecida e Roberto *in memória*, pelo carinho e apoio;

Aos meus amigos do grupo UEHPOSOL em especial Tânia e André

Ao meu amigo Jocenilson, pelas conversas e pelo convívio ao longo deste trabalho;

Ao meu filho Enzo pelo carinho e compreensão por todos os momentos em que estive ausente em prol deste trabalho;

Aos funcionários do PPGL pelos serviços administrativos prestados em prol deste trabalho

O “mesmo” abriga, no entanto um “outro”, um “diferente” histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’: o português brasileiro e o português português se recobrem como se fossem a mesma língua, mas não são.

(Eni Orlandi, *Língua brasileira e outras histórias*)

RESUMO

Nosso trabalho intitulado *Relação ente Línguas: diferentes modos de dizer o português brasileiro* tem como arcabouço teórico a Semântica do Acontecimento desenvolvida por Guimarães (2005b), a qual estabelece uma relação com a Análise do Discurso de filiação francesa, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito. Embasados nessa filiação teórica para constituir nosso *corpus*, destacamos entrevistas realizadas pelos alunos do curso de graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, datadas do ano de 2009, durante a disciplina de Políticas Linguísticas, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Soeli Maria Schreiber da Silva, com o intuito de desenvolver reflexões sobre a língua portuguesa, em um determinado espaço de enunciação. Nesta pesquisa, propomo-nos a estudar como se dá o funcionamento da língua portuguesa, a partir de uma análise enunciativa da linguagem, abrindo uma reflexão sobre a distribuição política das línguas, assim com o imaginário de língua una no Brasil. Nessa perspectiva, nossa questão foi observarmos como os falantes enunciam sobre sua língua ao estabelecerem uma relação com a história de colonização que no acontecimento de linguagem, significa a partir do recorte de memorável e como a divisão que se estabelece entre o português do Brasil e do português de Portugal no espaço de enunciação brasileiro se faz presente por meio dos falantes ao predicarem a língua a qual afirmam seu pertencimento. A respeito das nossas análises, buscamos através das entrevistas fazer um estudo enunciativo da linguagem em que os falantes são sujeitos afetados pelo simbólico que se localizam em um tempo e um espaço. Nesse sentido, os sujeitos são constituídos no Acontecimento enunciativo, pois é nesse que analisamos suas posições, os lugares de que falam e o modo como falam, de que modo falam e como os seus dizeres os significam. Desse modo, esse trabalho objetiva-se, por tratar da relação entre línguas como relação político-histórica e social da linguagem em que observamos como os falantes enunciam sobre sua língua após mais de meio século da definição do nome *Língua portuguesa* pelo congresso nacional e como esses falantes são tomados pelas suas divisões, distinguindo-se assim linguisticamente.

Palavras-chave: enunciação; sujeito; história e lusofonia

ABSTRACT

Our work intitled Languages relationship: Brazilian Portuguese, several ways is based on the theory of the Semântica do Acontecimento(Semantics of the Events). Our corpus is formed by interviews maked by students linguistic graduate at the Federal University of São Carlos city , in 2009, during the Linguistic course taught by Prof. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva. In this research, we propose to study the functioning of the Portuguese language, so with the imaginary one language . Our objective was to observe it as the Portuguese -speaking establish a relationship with the colonization story at the utterance time. About our analysis, we observe speakers affected by the symbolic subjects that are located one at a time and place. In this sense, subjects are constituted in the Event enunciation, it is that we analyzed their positions, places that speak and the way they talk, how they speak and how their mean words. Thus the goal of this work is the language relationship where we consider, based on this theoretical foundation, that the senses are formed in the enunciative events, connected to the history, to the social as well as to the politics.

Key-words: utterance, subject, history, lusophone

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Quadro de Registros Língua	57
Figura 02- Quadro de Registros Língua.....	58
Figura 03- Quadro de Registros Língua.....	59
Figura 04- Diagrama de DSD- Divisões da Língua.....	60
Figura 05 – Diagrama de DSD Cena I.....	72
Figura 06 – Diagrama de DSD Cena II.....	75
Figura 07 – Diagrama de DSDCena III.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - A LÍNGUA ENQUANTO OBJETO DE UMA CIÊNCIA.....	13
1.1 ARBITRARIEDADE DO SÍGNO.....	16
1.2 UMA SINCRONIA.....	17
1.3 LANGUE X PAROLE.....	18
1.4 UM ESTUDO HISTÓRICO E ENUNCIATIVO DA LINGUAGEM	21
CAPÍTULO II-LÍNGUA, ENUNCIÇÃO E HISTÓRIA	28
2.1 PROCESSO DE COLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA NO BRASIL, EFEITOS, ENTIDOS E MEMÓRIA	36
2.2 O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO E LUSOFONIA.....	39
2.3 O PROCESSO DE NOMEAÇÃO DO IDIOMA NO BRASIL.....	43
CAPÍTULO III - POR UMA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO.....	48
3.1 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	48
3.2 ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO E AS DIVISÕES DA LÍNGUA POTUGUESA	53
3.3 DIVERSIDADES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	56
CAPÍTULO IV ANÁLISES: LÍNGUA BRASILEIRA X LÍNGUA PORTUGUESA	64
4.1 OS RECORTES	65
4.2 ANÁLISE CENA I	66
4.3 ANÁLISE CENA II	72
4.4 ANÁLISE CENA III.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXOS.....	85

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem como arcabouço teórico a Semântica do Acontecimento tal como Guimarães (2005b) a qual estabelece uma relação com a Análise do Discurso de filiação francesa, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito.

Dessa maneira, nossos estudos inscrevem-se no interior de uma Semântica de base enunciativa. Tomamos como *corpus* entrevistas realizadas pelos alunos do curso de graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, concedidas no ano de 2009 durante a disciplina *Políticas Linguísticas* no curso bacharelado ministrada pela Prof^a. Dr^a. Soeli Maria Schreiber da Silva. Essas entrevistas foram realizadas com o intuito de promoverem reflexões sobre a concepção da língua portuguesa, em um determinado espaço de enunciação em que falantes enunciam sobre sua língua. Nosso objetivo nesta pesquisa foi analisar como se dá a relação do falante com sua língua em um determinado espaço de enunciação o qual é constituído simbolicamente e é caracterizado por falantes que enunciam acerca da língua falada no Brasil, hoje.

Acreditamos que a língua portuguesa constituiu-se já em seu nascedouro deste lado do atlântico, atrelada a uma heterogeneidade linguística. E, para sustentar esta hipótese, aparamo-nos na discussão proposta por Orlandi (2002) no que tange a este conceito. Como vimos na epígrafe dessa dissertação, nas palavras de Orlandi (2002, p.23), “o português-brasileiro e o português-brasileiro se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto não são. [...] A nossa língua brasileira significa em uma filiação de uma memória heterogênea.”

Partindo da afirmação da autora, buscamos por meio das entrevistas, observarmos como se dá a relação desses falantes com sua língua ao estabelecerem uma relação com a história de colonização que no acontecimento de linguagem, significa a partir do recorte de memorável, e como essa divisão que se estabelece entre o português de Portugal e o português do Brasil se faz presente por meio dos falantes ao predicarem a língua a qual afirmam seu pertencimento. A respeito das nossas análises, procuramos perceber como essas divisões que caracterizam um determinado espaço de enunciação se interpõem aos falantes e em que medida esses falantes são afetados por elas ao enunciarem sobre sua língua e a partir de um estudo enunciativo da linguagem, fizemos uso do aporte

metodológico da textualidade tal como defende Guimarães (2006) que nos auxiliará na investigação e na análise dos dados já coletados.

Esse trabalho se posiciona como um estudo sobre relação entre línguas, e tomamos esta como sendo política; sendo assim, observamos essa questão sob uma perspectiva histórica-social e enunciativa da linguagem em que buscamos compreender o funcionamento da língua portuguesa na relação com seus falantes e o modo como esses são tomados pelas línguas e suas divisões, distinguindo -se assim linguisticamente.

Nesse sentido, Guimarães afirma que a “língua que falamos está regulada por uma regulação com a língua do Estado enquanto uma língua, a língua (una) do Estado: gramatizada, normatizada” (GUIMARAES 2005b, p.21).

Tomamos essa descrição de Guimarães para refletirmos sobre como se configura para nós, a relação entre línguas. Uma língua não é homogênea, a língua se caracteriza pela heterogeneidade que a constitui. O imaginário de língua una, deslegitima tal diversidade da língua, e é sob essa perspectiva que consideraremos a língua portuguesa. Logo, essa configuração hierárquica que cruza um imaginário de língua una, com vista a desconsiderar a diversidade da língua portuguesa, para nós se instala como uma relação entre línguas sendo política, ou seja, hierárquica e desigual. No entanto, para este trabalho nos aproximamos para discutir essa questão do conceito de político de Guimarães (2005), sendo este para o autor considerado uma contradição de uma normatividade que estabelece uma divisão desigual do real e a afirmação do pertencimento dos que não estão incluídos.

Desse modo, cabe salientar que nos interessou observar como se dá o funcionamento da língua portuguesa na relação com seus falantes sob uma perspectiva enunciativa da linguagem.

Portanto, buscamos por meio das análises das entrevistas compreender a relação do falante com sua língua, pois acreditamos, assim como Guimarães (2005b), que só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas, e entendemos falantes como pessoas determinadas pelas línguas que falam, ou seja, como uma categoria linguística e enunciativa, citando Guimarães, podemos então afirmar que, falantes “são sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2005b, p. 18), que para esse estudo é caracterizado como espaço de enunciação brasileiro. Lembrando que tomamos tal qual Guimarães (2005b), o espaço de enunciação como, espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. E é com base

nesta problemática e por meio deste arcabouço teórico que este estudo, se constitui através dos capítulos a seguir.

No primeiro capítulo, intitulado **A língua enquanto objeto de uma ciência**, retomamos a teoria lingüística de Fernand Saussure (2006) e a leitura de alguns teóricos a partir dos conceitos estabelecidos no Curso Geral de Lingüística, tais como Benveniste (1995) Normand (2009) e em especial o semanticista Eduardo Guimarães (2005a) em sua obra *Os limites do sentido*, com vista a mobilizarem conceitos que fundaram a linguística como ciência e a limitação que se estabeleceu pela dicotomia langue/parole, e consequentemente o corte epistemológico que se deu com a exclusão do sujeito do objeto (mundo) e da história.

No segundo capítulo, que tem como título **Língua, Enunciação e História**, fizemos um percurso histórico e enunciativo, conforme nos apresentam os autores Dias (1996), Mariani (2004) e Orlandi (2009) ao postularem questões desde a constituição da nossa língua até as discussões mais recentes em torno do idioma falado no Brasil. Desse modo, discutimos o processo de historicização da nossa língua e também os efeitos políticos ideológicos constituintes de uma memória na institucionalização de uma língua nacional.

No terceiro capítulo, sob o título **Por uma semântica do acontecimento**, dissertamos sobre o modo pelo qual uma semântica de base enunciativa, mais especificamente a Semântica do Acontecimento, tal qual Guimarães (2005b) propõe um modo de tratamento enunciativo do sentido.

Assim, o nosso trabalho, no que tange à sua inscrição teórica, visa em específico, a enunciação enquanto acontecimento, assim, analisamos cenas enunciativas e tomamos como suporte e princípio norteador os elementos teóricos e epistemológicos da Semântica do Acontecimento proposta e desenvolvida por Guimarães(2005b).Uma Semântica de base enunciativa onde o sujeito se constitui numa relação social e histórica que se faz na língua e pela língua.

Finalmente, no quarto capítulo, findamos o nosso trabalho, com as **Análises das entrevistas: língua portuguesa x língua brasileira**, por meio do arcabouço teórico, no qual nos inscrevemos, a partir de Guimarães (2005b:2007a), com base na Semântica do Acontecimento, ao mobilizar conceitos como o de espaço de enunciação, falante, memorável e outros. E no que concerne à metodologia do nosso trabalho, para a observação de nossas análises tomamos o autor já citado para fazer uma descrição

enunciativa, coordenada pelos instrumentos de análise do Domínio Semântico de Designação - DSD, e Textualidade, tal qual Guimarães (2007a).

CAPÍTULO I - A LÍNGUA ENQUANTO OBJETO DE UMA CIÊNCIA

Neste capítulo, retomaremos a teoria linguística de Fernand Saussure (2006) e a leitura de alguns teóricos a partir dos conceitos estabelecidos no *Curso Geral de Linguística*, tais como Benveniste (1995), Nomand (2009) e em especial o semanticista Eduardo Guimarães (2005a) em sua obra *Os limites do sentido*. Esse aparato teórico nos interessa na medida em que a leitura da obra saussuriana é fonte bibliográfica para a nossa formação enquanto lingüistas e principalmente porque nessa retomada da obra do autor a partir desses teóricos, podemos refletir sobre questões específicas no campo da ciência da linguagem, ao mobilizarmos conceitos que fundaram a linguística como ciência e estabelecendo assim uma relação a partir da dicotomia *langue/parole* na compreensão de um estudo de natureza semântica.

Guimarães (2005a) trabalha a partir dos elementos considerados exteriores a língua por Saussure (2006), como o sujeito, o objeto (mundo) e a história. O autor ao estabelecer uma teoria semântica na qual nos inscrevemos para a constituição da nossa pesquisa, considera crucial a noção de sentido, ou significação da linguagem.

Ainda de acordo com o autor, “Muitos são os modos pelos quais se procura estudar o que se chama de significação ou sentido da linguagem”, este posicionamento sempre nos remete a refletir sobre o que é o sentido e a significação. Para ele, a semântica tem procurado sempre lidar com três exclusões saussurianas: o sujeito, a história e o objeto, ou seja, “[...] as semânticas linguísticas têm considerado a noção de sentido, ou significação, sempre como uma relação envolvendo algum dos elementos desta tripla exclusão” (GUIMARÃES, 2005a, p. 11).

A significação para a semântica deve ser vista a partir do que se definiu como o exterior de Saussure, ou seja, Guimarães (2005a) propõe um estudo histórico e enunciativo da linguagem que envolva não só os elementos do interior linguístico estabelecido pela teoria saussuriana, mas também a inclusão dos elementos que ele considerou como exterior ao estudo da língua.

Muitos estudos que circundam em torno das questões e reflexões gestadas no interior da ciência da linguagem retomam a postulação teórica de Saussure. Os autores Benveniste (1995), Ducrot (1987) o fazem ao tratar o elemento subjetivo da linguagem.

O mestre genebrino assim como é nomeado, em virtude de sua origem que tem como berço a cidade de Genebra na Suíça, ao estabelecer sua teoria linguística, estimulou pesquisas em vários campos epistemológicos, que até nos dias de hoje, promovem enorme inquietação ao se deparar com os limites impostos por ela.

Antes da teoria linguística de Saussure, havia muitas tentativas de se tomar como objeto de pesquisa a língua, porém a metodologia seguia outros campos epistemológicos, como, por exemplo, a psicologia, a sociologia e, sobretudo, a filosofia.

Saussure ao atribuir a língua como um sistema, exclui a fala desse campo, a língua se opõe à fala, sendo a primeira sistêmica e objetiva e a segunda variável de acordo com cada falante e por isso, subjetiva. Assim, a teoria saussuriana produziu um efeito de desconstrução na crença de outras teorias das ciências humanas nascentes, no final do século XIX, como por exemplo, da filosofia que tinha o sujeito como um ser psicológico livre e consciente.

Embora já circulassem vários temas em pesquisas abordados por Saussure na metade do século XIX, O CLG (1916) constitui o que se pode chamar de corte epistemológico, houve dessa forma, uma ruptura com a linguística comparatista da sua época, propondo assim uma abordagem não histórica, descritiva e sistêmica da língua.

Assim, a linguística constitui-se enquanto uma ciência:

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Esse todo por si, é o sistema de signos, que tem como principal característica sua autonomia e sua ordem própria, condições necessárias para aceder ao estatuto de objeto da linguística. (SAUSSURE, 2006, p.17)

A partir do momento em que Saussure define a língua como objeto, ele traça os procedimentos metodológicos de descrição linguística, como: compreender a língua enquanto um sistema de signos linguísticos, que possui suas próprias leis, não podendo, portanto, considerarem-se elementos externos à língua e estabelece assim a sua teoria que tem como base o signo linguístico, a semiologia do grego *semeion*, signo. Para Saussure, a semiologia consiste na ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social,

compreendendo esses signos em suas relações de oposição e identidade com outros signos no interior de um determinado sistema:

Pode-se conceber, então, uma ciência que estude a vida dos signos no seio social; ela formaria uma parte da psicologia social e, por consequência, da psicologia geral, nomeá-la-emos semiologia (do grego *semeion*, "signo". Ela nos ensinaria em que consistem os signos, que leis os regem. (SAUSSURE, 1916 *apud* NORMAND, 2009 p. 66)

Partindo do excerto acima, Saussure inicia seus estudos e estabelece assim a concepção de signo. Para ele é do signo e pelo signo que se produz a significação. Ele é a relação entre o conceito e a imagem acústica, Saussure diz que é fundamental observar que a imagem acústica não se confunde com o som, pois ela é como o conceito, psíquica e não física. Ela é imagem que fazemos do som em nosso cérebro. A imagem acústica é que interessa, e ela será sempre a mesma.

Assim, Saussure compreende o signo concebendo-o em duas partes: a primeira como o significado do signo (conceito), e a segunda como o significante (imagem acústica) como mostra a figura a seguir:



Estes dois elementos do signo estão unidos e eles somente existem juntos. A relação entre o significante e o significado é convencional e assim não dotada de qualquer motivação da realidade e além dessa relação, Saussure ainda considera que outra característica que carrega a existência do signo: é a sua arbitrariedade.

1.1 ARBITRARIEDADE DO SÍGNO

Saussure ao considerar que o laço que une o significante e significado é arbitrário pontua:

A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado depende da livre escolha de quem fala; [...] queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. (SAUSSURE, 2006, p. 83)

Por esse excerto, podemos depreender que essa arbitrariedade do signo estabelece uma contradição entre a imutabilidade e a mutabilidade dos signos. Para a Semiologia, os signos são de um modo geral imutáveis, Saussure exclui tudo o que é instável da língua: “Um dado estado da língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável, vale dizer, porque resiste a toda substituição.” (SAUSSURE, 2006, p. 86) É porque ele resiste ao tempo que ele é imutável.

Enquanto o tempo, a história, a complexidade e a arbitrariedade conferem ao sistema a continuidade da língua, essas mesmas questões levam o signo a se modificar. Ao mesmo tempo em que a história faz com que a língua permaneça estática, o tempo faz a língua se modificar, mas essa mudança é pequena, mínima, o que não caracteriza a mudança do sistema. Os deslocamentos dos signos (tanto do significado quanto do significante) não afetam o todo do sistema. “O signo está em condições de alterar-se, porque se continua. O que domina, em toda alteração, é a persistência da matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa”. (SAUSSURE, 2006, p.89)

Apesar de haver postulado que o signo linguístico é, em sua origem, arbitrário, Saussure não deixa de reconhecer a possibilidade de existência de certos graus de motivação entre significante e significado. Em coerência com seu ponto de vista dicotômico, propõe a existência de um “arbitrário absoluto” e de um “arbitrário relativo”. Como exemplo de arbitrário absoluto, temos o par goiaba / goiabeira, em que goiaba, enquanto palavra primitiva serviria como exemplo de arbitrário absoluto (signo imotivado). Por sua vez, goiabeira, forma derivada de *goiaba*, seria um caso de arbitrário

relativo, ou seja, o signo seria motivado, devido à relação sintagmática goiaba onde temos o morfema lexical + eira o morfema sufixal, e à relação paradigmática estabelecida a partir da associação da origem da palavra uma vez que é conhecida a significação dos elementos formadores.

Para Normand (2009), a maior ou menor habilidade ou originalidade nos limites das regras de cada língua irá depender das particularidades individuais do sujeito inserido na história, parte estudada no campo da fala e que Saussure exclui, de sua teoria linguística. Segundo a autora os leitores do CGL sempre apontaram para a importância da arbitrariedade do signo, contudo o sentido que poderia ser uma propriedade tão valiosa quanto, era deixado às margens.

1.2 UMA SINCRONIA

A definição do termo signo é estritamente ligada à dicotomia saussuriana sincronia/diacronia:

É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, sincronia e diacronia designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução. (SAUSSURE, 2006, p. 96)

Apesar de Saussure ressaltar a importância dos dois estudos, o sincrônico e o diacrônico, percebemos que ao formular sua teoria, ele destaca a sincronia no funcionamento do sistema, pois é esta que define as relações internas de um determinado sistema. É a sincronia o estudo das relações entre os signos linguísticos. Por outro lado, a diacronia, desfavorece o estudo da semiologia, uma vez que coloca em jogo, a garantia de estabilidade do sistema na constituição da linguística enquanto uma ciência.

Para Normand, (2009), o fato de Saussure se empenhar em separar radicalmente sincronia/diacronia, decorre de sua tentativa de afastar as condições exteriores de sua teoria, ela se elabora no seio de uma linguística histórica em seu apogeu, no momento em que os neogramáticos afirmam que a língua se define somente por sua história. “O

pensamento sincrônico nos parece uma abstração, e o é decerto”, em relação aos fatos concretos”.(SAUSSURE,2006 *apud* NORMAND, 2009,p.53). A autora afirma que a insistência de Saussure em relação à sincronia se explica por razões internas à teoria, ao postular um novo ponto de vista e um novo modo de pensar o sistema.

Assim, é a partir dessas noções que Saussure estabelece uma em relação à outra, que o autor trilhando seu caminho, constitui a língua como objeto da lingüística estabelecendo assim, uma distinção entre *langue/parole*.

1.3 LANGUE X PAROLE

Saussure define *langue* como um sistema de valores que se opõem uns aos outros e que está depositado como produto social na mente de cada falante de uma comunidade. Diferente da *parole* que é um ato individual e está sujeita a fatores externos, muitos desses não linguísticos e, portanto, não passíveis de análise.

A *langue* é a representação de tudo que é estável na língua, enquanto a *parole*, que é a fala, representa o incerto, o uso, o instável, o subjetivo. “Como separar a língua da fala separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental”. (SAUSSURE, 2006, p. 22)

Portanto, Saussure põe em jogo a língua com dois elementos, um exterior; outro interior. A fala, deste modo, é descartada junto a qualquer ato individual; e a fala, da mesma forma é apagada do interior do sistema sobrando assim, nesse sistema, a ser objeto de estudo, apenas a língua, em seu caráter classificatório, sistêmico, e arbitrário. É necessário separar a língua da fala como:

- 1) O que é social do que é individual;
- 2) O que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental.

Enquanto a primeira condição se limita a retomar a definição geral da linguagem, a segunda implica uma consequência metodológica, é necessário distinguir nos dados o que é importante e o que não é o essencial é no trato comum, colocado como tal e faz a língua social; o acessório é a particularidade individual. (NORMAND, 2009, p. 60)

Considerando o excerto acima, podemos depreender que Saussure estabelece uma dicotomia, que determinará o objeto da análise da linguística, a dicotomia *langue/parole*, classificando a língua como produto da linguagem, e esta como heteróclita e multiforme. Saussure vê a língua como um conjunto objetivo e homogêneo, capaz, portanto, de ser estudado em seu interior. Em compensação, a linguagem como é instável, não pode ser objetivada em uma ciência. Assim, ele estabelece a língua como o objeto da linguística.

A dicotomia *langue/parole* caracteriza a língua como um corpo social e por isso convencionado pela sociedade. Saussure (2006) define a língua como um conjunto de regras que não se transforma, ou se transforma de um modo lento e gradual sem afetar o sistema, e a fala é individual e uma faculdade humana.

Para Normand (2009), o que não fica claro nessa divisão língua/fala, é a necessidade de abstração, a ideologia científica da época, que limitava ao dado diretamente observável o domínio do pesquisador e não via na abstração senão a especulação filosófica, opunha-se às formulações explicitamente abstratas, encontra-se no curso uma obsessão pelo concreto. Dessa forma, para a autora, decorrem certas confusões desse discurso que, nas suas definições, acrescenta as evidências de seu tempo, afirmações de uma importância totalmente diferente. Para ela “com o conceito de língua, Saussure busca pensar não mais uma função, mas um funcionamento” (NORMAND, 2009, p. 56).

Saussure ao estabelecer a língua como objeto de uma ciência foi submetido a avaliações em decorrência de suas posições teóricas, muitos autores resgatam as noções fundamentais acerca do objeto da linguística, mostrando como elas se constroem, se implicam e se correspondem numa perspectiva de compreensão de tal ciência. Além da teoria lingüística, Saussure também realizou o estudo dos anagramas sobre um corpus de versos clássicos no período de 1906 até 1909. Para ele, havia nestes versos um mecanismo de composição poética baseado na análise fônica das palavras, formado pelo hipograma (palavra-tema) e pelo anagrama (processo de composição), essa teoria também é fonte de estudo para muitas pesquisas que são realizadas no campo da ciência da linguagem.

As questões levantadas desde o aparecimento do CLG foram retomadas ao longo de sua publicação ainda com o aparecimento das fontes manuscritas, que se manifestaram por (Robert Godel 1957) e foram amplamente completadas pela edição crítica de Rudolf Engler(1968-1974) e desenvolvida até hoje pelos múltiplos trabalhos filológicos acerca das postulações teóricas de Saussure.

O CLG deixa claro o objetivo de manter o que é próprio do objeto da linguística, e assim, propõe a não influência por possibilidades oferecidas por outras áreas do conhecimento, como por exemplo a psicologia, e dessa forma, desperta muitas pesquisas e conseqüentemente as apresentações críticas em relação a teoria exposta no *Curso*.

Diante dessas proposições constatamos a importância da volta ao CLG que contribuem para refletir sobre as questões que continuam sempre vivas acerca da linguagem do próprio Saussure:

Seria necessário confessar nosso pensamento íntimo? É de se crer que a visão exata do que é a linguagem não conduza a duvidar do futuro da linguística. Há desproporção para esta ciência, entre a soma de operações necessárias para aprender racionalmente o objeto e a importância do objeto: da mesma forma que haveria desproporção entre a pesquisa científica e aquilo que se dá durante uma partida de jogo [...] (SAUSSURE *apud* ENGLE1968-1974, *apud* NORMAND, 2009, p. 172)

Muitos teóricos ao retomar o pensamento de Saussure, também dialogam com o autor com base em suas considerações teóricas.

Benveniste (1995) faz um contraponto à Saussure (2006) em relação à arbitrariedade do signo. Saussure toma o signo linguístico como constituído por um significante e um significado. Ele entende por ‘significado’ o conceito, assim o signo linguístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica, e a natureza do signo é arbitrário, porque não tem com o significado nenhuma ligação natural na realidade. “Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente e subreptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade” (BENVENISTE, 1995, p. 54).

Assim, para Benveniste (1995), O signo pode ser arbitrário se pensarmos na ligação do significante com o significado, porém essa relação deixa de ser arbitrária a partir do momento em que inserimos entre um e outro a realidade. “A linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade inerente à condição humana, a faculdade de simbolizar”. (BENVENISTE, 1995, p. 27). E Saussure (2006) exclui os elementos que se relacionam de uma forma ou de outra com a realidade: o objeto, o mundo, o sujeito e a história.

O autor Guimarães (2005a) também retoma Saussure (2006) no esforço de formular uma teoria de natureza semântica:

A semântica de nosso século vem procurando repor estes aspectos no seu objeto. O corte saussuriano exclui e dá o quadro de pertinência para o excluído. A questão é como incluí-lo. E isto só pode se dar a partir deste mesmo corte, que ao formular-se escapa da hipótese de que a língua expressa o pensamento, pois o signo de Saussure não admite um pensamento noutro lugar que se expresse pela linguagem. (GUIMARÃES, 2005a, p. 20).

1.4 UM ESTUDO HISTÓRICO E ENUNCIATIVO DA LINGUAGEM

Para compor um estudo de natureza semântica, Guimarães (2005a) traça um percurso histórico que se constitui no lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como lingüística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia. Dessa maneira, o semanticista recorre a um conjunto de filiações que remetem ao estudo da linguagem desde a antiguidade até aos estudos mais recentes, como veremos a seguir.

Muitos estudos mostram que desde a antiguidade, encontramos considerações sobre a linguagem, feitas no interior da filosofia. Entre essas considerações podemos lembrar a retórica de Platão que põe desde então o debate entre uma posição que trata a linguagem como motivada, e outra como não motivada. Nessa vertente as considerações sobre a linguagem são, em geral, de caráter semântico, dizem respeito ao que podemos chamar hoje, de sentido.

De acordo com Guimarães (2005a), ao lado disso temos os estudos de linguagem feitos pelos gramáticos latinos, por exemplo, ou pelos gramáticos hindus, como Panini e mais tarde temos a gramática de Port-Royal, que passou a ser decisiva para questões de linguagem.

Dentre as filiações as quais Guimarães reporta-se está Michel Bréal (1897) autor da obra *Ensaio de Semântica*, que se constituiu como um marco na atribuição da semântica enquanto disciplina lingüística no séc. XIX.

Bréal (1897) traça seu estudo no campo da ciência da linguagem no interior de um contexto histórico em que as idéias lingüísticas eram organizadas a partir de comparações entre as línguas, em um período em que se desenvolvia a Linguística Histórica. Para ele não há como tratar a linguagem sem considerar a significação. A semântica é o estudo da linguagem no que diz respeito ao que não é fonético, ela se ocupa, inclusive, do que se

inclui na sintaxe e na morfologia e esses aspectos são tratados a partir de sua significação, que ele considera como fundamento da sua constituição.

O semanticista ao estudar as transformações fonéticas, considerando a língua latina e línguas românicas, tomou a linguagem como um fenômeno humano e, portanto, histórico, ao romper com uma posição naturalista que considerava a linguagem como organismo, como um quarto reino da natureza. Nesse modo de pensar, o autor considera que a transformação na linguagem se dá pela intervenção da vontade do homem.

Bréal (1897) ainda considera que a vontade não é um fenômeno consciente, nem tão pouco instintivo, “é vontade obscura e perseverante”. (GUIMARÃES, 2005a, p.17 grifo do autor)

E, assim, não pode ser confundida com a intenção de quem fala no sentido de que a intenção é fazer crer algo ao ouvinte pelo (re) conhecimento ou descobrimento dessa intenção. Isto é, a intenção que constitui o sentido é tamanha que se revela por si própria.

Desse modo, “a intenção é subjetividade própria do indivíduo, ao passo que a vontade é o acordo de várias inteligências. E a inteligência é faculdade do conhecimento humano que se baseia no funcionamento do signo”. (GUIMARÃES, 2005a, p.16)

Um aspecto importante a ser observado na obra de Bréal (1897) é o conceito história, para ele, tal conceito não é a relação entre algo num momento e isto transformado em um momento posterior, essa mudança se dá pela intervenção da vontade, há algo do sujeito que produz a mudança e assim há uma intervenção direta desse sujeito na linguagem e esse processo é histórico porque o social afeta seu funcionamento.

Guimarães (2005a), ainda cita o capítulo "O Elemento Subjetivo", da obra *Ensaio em Semântica* onde chama a atenção para as formas próprias que a língua tem para expressar o elemento subjetivo, esse aspecto subjetivo da linguagem, está ligado à vontade.

Assim, Bréal(1897) além de considerar que a língua tem formas próprias para expressar o elemento subjetivo, e mais que isso, ela produz o desdobramento da personalidade humana, pois quando se fala quem fala intervém no drama que é a linguagem “à maneira como fazemos nos sonhos quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos, sendo essa intervenção o aspecto subjetivo da linguagem”. (BRÉAL, 1897, *apud* GUIMARÃES, 2005a, p.17)

Nesse sentido, que a semântica se constitui como uma disciplina histórica, por se considerar que a linguagem, é feita de signos, ou seja, "seu caráter fundamental é simbólico e não natural.” (GUIMARÃES, 2005a, p.17)

Já a concepção de *língua* tomada por Saussure quando constitui objeto da lingüística, deixando para a *fala* o individual, o subjetivo e tudo o que, segundo ele, diz respeito à vontade e à inteligência. O caráter definidor para a língua está nas suas relações internas, ou seja, "a língua é constituída de signos e estes se definem pelas relações que têm entre si, sem recurso a nada que seja exterior" (GUIMARÃES, 2005a, p.19).

Para Guimarães (2005a), "o corte saussureano é a *culminância* bem sucedida teoricamente de uma história de exclusão do mundo, do sujeito, por tratar a linguagem como um percurso só interno: a linguagem expressa o pensamento" (GUIMARÃES, 2005a, p.19). O autor estabelece, assim, uma relação entre a abordagem de Saussure e um princípio de Port-Royal, segundo o qual se vai das idéias aos objetos, reunindo várias idéias em uma idéia de compreensão superior e de menor extensão. Tal princípio abre o caminho para a exclusão do mundo nas relações de significação.

Por outro lado, Saussure afirma o caráter social, coletivo da língua, como o que está em todos, não incluindo no objeto, portanto seu caráter histórico, tanto no sentido do historicismo, do século XIX, quanto em outro qualquer.

De acordo com Guimarães (2005a), Saussure suprime as relações de transformação como o objeto da lingüística, mas suprime também qualquer relação da língua com algo que lhe seja exterior, assim o que há de "significação no seu Curso é o que há de codificado como significado". (GUIMARÃES, 2005a, p.20)

Guimarães (2005a) considera a significação na linguagem ao mesmo tempo como lingüística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia, assim, para ele a significação é histórica, mas não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência: "Sua materialidade é esta historicidade" (GUIMARÃES, 2005a, p. 66)

A construção desta concepção de significação se faz para Guimarães (2005) na medida em que o autor considera que o sentido deve ser "tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo" (GUIMARÃES, 2005a, p. 66)

Nesse modo de pensar a linguagem, o semanticista recorre ao aparato teórico da Análise do Discurso, e mobiliza conceitos como: interdiscurso e posição de sujeito, como modo um de construir a concepção de sentido.

Guimarães considera a enunciação enquanto determinada pelo interdiscurso conforme essa noção e trabalhada a partir dos estudos de Michael Pêcheux e Orlandi(1992) sobre o discurso.

Para Orlandi (1992), "o discurso é efeito de sentido entre locutores" é o lugar de contato entre língua e ideologia (ORLANDI, 1992, p.20). A autora considera, ainda, como crucial o conceito de interdiscurso. Para ela, o interdiscurso é a relação de um discurso com outros discursos. Esta relação não se dá a partir de discursos empiricamente particularizados, mas são as próprias relações entre discursos que dão a particularidade que constitui todo o discurso. A autora ainda considera que "o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido, deste modo o enunciável(o dizível) é um já dito e, como tal, é exterior a língua e o sujeito. " Ele se apresenta como séries de formulações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória" (ORLANDI, 1992, *apud* GUIMARÃES, 2005a, p. 66).

Para Guimarães (2005a), a relação de interdiscursividade mobiliza inescapavelmente a relação entre textos diferentes, ou seja, mobiliza a intertextualidade. Essa relação é aquela que nos dá o lugar da historicidade específica da enunciação, ou seja, "a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os" (GUIMARÃES, 2005a, p.68)

E desse modo, Guimarães afirma que "pela interdiscursividade e sua necessária intertextualidade, o sentido não é formal, mas tem uma materialidade, tem historicidade" (GUIMARÃES, 2005a, p. 68)

Para um estudo semântico, Guimarães ressalta ainda que a relação de funcionamento da língua é com o interdiscurso e não com a situação. "É é isto que dá a historicidade da língua. A historicidade de sua relativa autonomia" (GUIMARÃES, 2005a, p.69). Nesse modo de pensar a linguagem não é, pois, um locutor que coloca a língua em funcionamento. "A língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos" (GUIMARÃES, 2005a, p. 69).

De acordo com Guimarães (2005a), a língua, então, está exposta ao interdiscurso e assim o que há de situação na enunciação é o que o ocupar uma posição de sujeito estabelecer e recortar. Este recorte já é sentido, não é mundo. Assim, a enunciação é um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. " É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como

sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento”.(GUIMARÃES, 2005a, p.70)

Desse modo, o sentido constitui-se pelo fato de que a língua funciona por ser afetada pelo interdiscurso. O sentido de um enunciado começa, então, a ser definido como os efeitos de sua enunciação. Ou seja, "são os efeitos do interdiscurso constituído pelo funcionamento da língua no acontecimento”. (GUIMARÃES, 2005a, p.70)

Para Guimarães, o sentido não é efeito da circunstância enunciativa, nem é só memória. "O sentido são efeitos da memória e do presente no acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento" (GUIMARÃES, 2005a, p.70).

Assim, aquilo que “ Frege excluiu do sentido e da referência (deixando-o para a representação), por não poder ser visto como sendo diretamente afirmado pela sentença, é incluído no sentido. "Incluído como modos de presença da exterioridade no sentido do enunciado na enunciação" (GUIMARÃES, 2005a, p.71).

Desse modo, o autor considera que a questão do jogo do limite de um interior e um exterior está ligado a sempre se considerar a sintagmatização, a instanciação enunciativa, ou o pôr-se a língua em funcionamento, ou seja, está em questão que o sentido tem a ver com as relações dos elementos linguísticos no plano da combinatória, da linearização do que de direito não é linear. (GUIMARÃES, 2005a, p. 86)

Ainda para o mesmo autor é forte dizer que o sintagmatizado, textualizado significa na relação com o silêncio, conforme compreende Orlandi (1992) “lugar que permite a linguagem significar”. (ORLANDI, 1992 p.70)

Orlandi (1992) propõe a noção de silêncio enquanto constitutivo da linguagem como fenômeno físico, mas como totalidade histórica co-significativa, o não segmentando, e para Guimarães, incluir o silêncio é incluir o absolutamente excluído pelo corte Saussuriano, pois Saussure tem a língua como sistema de signos definidos pelo valor, e a inclusão do silêncio refaz qualquer concepção de signo de enunciado. Para Saussure “as relações são relações entre signos, e o significado é o que estiver numa relação com o significante”. (GUIMARAES, 2005a, p. 87)

Como vimos, a relação entre significante e significado é arbitrária para Saussure (2006) e necessária para Benveniste (1995), já para o semanticista Guimarães, tal relação é contingente, ou seja, “determinada pela história, e como tal é um trabalho das relações sociais configuradas no interdiscurso, e assim é uma relação exposta, também pela história,

ao equívoco aberto pelos modos de presença do interdiscurso na enunciação”. (GUIMARÃES, 2005a, p. 87)

Assim, Guimarães (2005a) afirma que é crucial o tratamento da enunciação como a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento. Neste momento da teoria, para o autor, o acontecimento é constitutivo do sentido, mas enquanto configurado pela relação do presente com a memória do interdiscurso e as regularidades da língua “são regularidades históricas e assim sua autonomia é relativa: a sua interioridade tem as marcas de sua exterioridade”. (GUIMARÃES, 2005a, p. 86)

Dessa maneira, Guimarães (2005a) propõe um estudo discursivo do sentido e da história na linguagem que se constitui no lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia. E, para a semântica interessa exatamente a inclusão da história, porque trata a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação é vista historicamente, não no sentido temporal e historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. “Sua materialidade é esta historicidade”. (GUIMARÃES, 2005a, p. 66).

Assim, a construção desta concepção de significação se faz para a semântica na medida em que esta considera que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo, ou seja, com uma relação do falante com a língua.

Pensando nessa relação tal como Guimarães (2005a), concentramos nosso olhar, tendo como premissa a relação entre línguas, a fim de perceber como se dá esse acontecimento enunciativo no momento do dizer ao analisarmos nosso *corpus* que é caracterizado por entrevistas em que falantes enunciam sobre sua língua.

Desse modo, consideramos que foi de suma importância para a constituição do nosso trabalho, retornarmos aos conceitos e postulações teóricas desde a constituição da lingüística, para entendermos e situarmos como o autor Guimarães(2005a) considera também além do sistema lingüístico a significação que é encontrada no que Saussure(2006) estabeleceu como o extralingüístico: mundo, sujeito, referente e a história.

O autor nos apresenta Saussure (2006), os elementos excluídos pela sua postulação teórica, e o que deve ser incluído em um estudo de natureza semântica. O sujeito e a história, como vimos, são as fontes das principais postulações teóricas de Guimarães (2005a). Saussure (2006) exclui a história a partir do momento que prioriza o estudo

sincrônico da língua, o sujeito também é excluído a partir da distinção que é estabelecida entre *langue/parole*.

Guimarães (2005a) afirma que é a partir das exclusões estabelecidas por Saussure, que a semântica vai mobilizar seu conceito, incluindo o excluído por Saussure:

Colocar-me como semanticista é reconhecer a pertinência nos estudos sobre a linguagem, de um campo de confronto muito particular, aquele que supõe que as palavras como sentido, significação referem a algo constante e estável. (GUIMARÃES, 2005a, p. 7)

Assim, Guimarães (2005a) considera a necessidade de diálogos com as diversas teorias que se constituem no campo da lingüística para tratar questões no que diz respeito à ciência da linguagem, e mobilizando conceitos e trilhando caminhos analisa a constituição de uma semântica a partir de um percurso histórico e enunciativo da linguagem.

O CLG nos apresenta Saussure (2006) no momento da constituição de uma disciplina, ou seja, uma disciplina em construção e particularmente abalada pelo caráter complexo do próprio objeto da lingüística. O retorno às postulações teóricas de Saussure e a releitura de alguns teóricos em face da obra do autor, como Normad (2009), Benveniste (1995) nos permitiu uma observação mais atenta sobre a produção do lingüista acerca dos conceitos estabelecidos pela sua teoria.

Guimarães (2005a) afirma que o mestre nos deu um interior para a linguagem, e para constituí-lo, Saussure instituiu o seu exterior, assim para o autor, é importante estabelecer uma relação com o interior e o exterior lingüístico, “a presença do fora não pode abandonar a especificidade da interioridade lingüística”. (GUIMARÃES, 2005a, p. 85)

A partir dessas reflexões, concluímos que muitas teorias que envolvem o campo da ciência da linguagem, reescrevem, postulam, discutem questões a partir de Saussure (2006), e é a partir dele, que desencadeiam muitos estudos que se mobilizam e avançam nas pesquisas em distintas vertentes teóricas no campo lingüístico.

Assim, é através desse exercício constante, de leituras, releituras, filiações teóricas, que buscamos compreender as questões ligadas a esse campo epistemológico, acerca de uma ciência que se tem a língua como objeto.

CAPÍTULO II-LÍNGUA, ENUNCIÇÃO E HISTÓRIA

Após discutirmos algumas teorias que mobilizaram conceitos desde a constituição da linguística até os estudos mais recentes que contribuem para as pesquisas no campo da ciência da linguagem, propomos neste capítulo, com base na leitura das autoras Orlandi (2002) e Authier-Revuz (1990) algumas abordagens acerca do conceito de heterogeneidade numa perspectiva enunciativa e histórica da linguagem.

Assim, essas abordagens se fazem relevante na medida em que no interior desse quadro teórico e dos elementos epistemológicos da Semântica do Acontecimento procuraremos perceber a partir de uma análise enunciativa a relação que estabelece entre sujeito e língua numa perspectiva histórica e social da linguagem em que observamos falantes que enunciam sobre sua língua.

Nesse mesmo capítulo, apresentaremos também o processo de colonização linguística conforme Mariani (2004) e o conceito de descolonização tal como Orlandi (2009), e ainda uma discussão em torno do idioma falado no Brasil, a partir da obra *Os sentidos do idioma nacional* de Luiz Francisco Dias (1996).

Authier-Revuz (1990), articulando o conceito de dialogismo presente na obra de Bakhtin(1988), desenvolve a noção de heterogeneidade enunciativa, e nos apresenta essa noção propondo uma distinção entre as formas de heterogeneidade constitutiva do discurso e a mostrada no discurso, que pode ser marcada ou não marcada.

A autora indica algumas dessas formas de heterogeneidade que acusam a presença do outro; como exemplo de heterogeneidade mostrada e marcada temos as glosas enunciativas, o discurso relatado (formas sintáticas do discurso direto e do discurso indireto), as aspas. Como exemplo de heterogeneidade mostrada, mas não marcada, temos a ironia, o discurso indireto livre, etc, que contam com o “outro dizer”, sem explicitá-lo, para produzir sentidos.

Assim, para Authier-Revuz, o sujeito é tido como constitutivo de um corpo histórico-social, no qual interage com outros discursos para construir sua fala e segundo ela: “Sempre, sob nossas palavras”, “outras palavras” são ditas:

[...] é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios

da “pontuação do inconsciente”. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.25-27).

Por esse excerto, podemos depreender que Authier-Revuz (1990) articula o conceito de dialogismo presente na obra de Bakhtin (1988) numa abordagem da heterogeneidade constitutiva do sujeito elaborada por ela, defendendo que nossas palavras sempre estão povoadas de outras já enunciadas. Tal fato de linguagem apresenta-se em nosso discurso quando falamos, permitindo inconscientemente que a língua tenha essa natureza constitutiva e dupla: a fala do outro na fala do eu.

Oliveira (2010) reflete sobre a presença fundamental da heterogeneidade em em trabalho sobre a história das palavras a partir de *corpora* de dicionários de língua. A autora relata que Authier-Révuz, além de articular o conceito de dialogismo, faz menção a dois outros lugares teóricos: *a análise do discurso*, que Authier-Revuz remete aos trabalhos de Michel Pêcheux, entre outros, e resume pela problemática do discurso como produto do interdiscurso; e *a psicanálise*, que, apoiada na leitura de Saussure, na leitura lacaniana de Freud, produz a dupla concepção de uma fala fundamentalmente heterogênea e de um sujeito dividido. (OLIVEIRA, 2010, p.72)

Oliveira (2010) afirma que Authier-Revuz ao trazer para a caracterização da divisão subjetiva um exterior constitutivo que coloca em relação o inconsciente e a ideologia, aproxima-se do que vem sendo desenvolvido no Brasil na Semântica do Acontecimento.

E, ao refletirmos sobre tal postulação, concordamos com a autora ao estabelecer uma relação entre essas abordagens que leva a compreensão de que a subjetividade não se reduz ao *ego* benvenistiano, que se apropria da língua e se torna, ao fazê-lo, parâmetro da enunciação.

Ainda entendemos conforme compreende Oliveira (2010) que na relação com a AD, a semântica do acontecimento não concebe a subjetividade como “unidade psíquica”, tal como define Benveniste, mas como posição interdiscursiva, conforme essa reflexão é desenvolvida por Orlandi com base no trabalho de Pêcheux.

Agora vejamos com base na leitura de Orlandi (2002) a partir da abordagem acerca do conceito de heterogeneidade de Authier-Revuz (1990) o conceito de heterogeneidade lingüística que Orlandi desenvolve para tratar questões da língua tal como se coloca a relação do Brasil e Portugal numa disjunção histórica.

Dessa forma, a heterogeneidade linguística compreendida por Orlandi(2002) se faz presente, toda vez que no campo dos países colonizados, temos línguas como o português e o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade dupla. A autora explica estabelecendo uma relação como a noção de formação discursiva de (PÊCHEUX,1975;COURTINE,1982) a qual segundo ela possibilita afirmar que dos discursos em geral que se fala a mesma língua, mas se fala diferente. É assim, que Orlandi (2002) pontua que palavras como democracia significam “x” para um partido e “y” para outro, estabelecendo assim, um paralelo com esse jogo que define as formações discursivas, ao pensar línguas que são consideradas as mesmas, porém que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. “É o caso do português de Portugal e o português do Brasil”. “Falamos a mesma língua, mas falamos diferente”. (ORLANDI, 2002, p.23)

Assim, a autora retoma o conceito de heterogeneidade tal como é concebida por Authier-Revuz colocando em causa a relação entre o outro e o Outro, e da diferença que falam Cortine e Pêcheux em que intervêm diferentes formações discursivas na mesma língua, Orlandi (2002) propõe distinguir outro aspecto da heterogeneidade e da diferença ao desenvolver o conceito de heterogeneidade linguística:

Consideramos, pois, a heterogeneidade linguística no sentido de que joga em nossa língua um fundo falso em que o "mesmo" abriga, no entanto, um "outro", um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do "mesmo": o português brasileiro e o português português se recobrem como se fossem a mesma língua, mas não são. Produzem discursos distintos, significam diferentemente. Discursivamente é possível se vislumbrar esse jogo, pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Ao falarmos o português, nós, brasileiros, estamos sempre nesse ponto de disjunção obrigada: nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. (ORLANDI, 2002, p. 23)

Assim, Orlandi(2002) compreende que há uma composição de sentidos em nossa memória linguística que funciona simultaneamente em movimentos simbólicos distintos quando falamos a língua brasileira, isto significa que há uma marca de distinção na materialidade histórica desses sistemas simbólicos que carregamos na nossa língua.

A partir do conceito de memória conforme nos apresenta Orlandi (2002), podemos pensar a questão da língua tal como se coloca essa questão no Brasil, ou em outras palavras na contradição entre duas histórias que se cruzam: a de Portugal e a do Brasil, tendo a língua portuguesa como herança de uma colonização que produz um efeito de homogeneidade. Mas na realidade, nossa língua significa em filiação de uma memória heterogênea, ao pronunciarmos o português brasileiro essas diferenças se tornam explícitas, o português de Portugal e o português do Brasil produzem sentidos distintos. E assim, há uma duplicidade constitutiva, em que Orlandi (2002) evidencia a existência de uma polissemia¹, de uma heterogeneidade no próprio exercício da língua, o português e o brasileiro não têm o mesmo sentido. “São línguas materialmente diferentes, E esta diferença trabalha em sua invisibilidade.” (ORLANDI, 2002, p. 26).

Para a autora, o que se atesta a diferença visível são “acidentes” (sotaque, rodeios sintáticos) empíricos, ultrapassáveis do ponto de vista da identidade lingüística (imaginário de língua una), no entanto, o que distingue profundamente (português brasileiro) são propriedades inscritas na diferença de constituição de seus processos de significação inscritos em sua materialidade lingüístico-histórica onde o que não é atestado pela observação empírica vale, contudo, como traço de identidade, como temos trabalhos na sintaxe que também atestam a diferença entre o português-europeu e o português-brasileiro.

Orlandi (2002) estabelece uma relação de colonização partindo da noção de acontecimento discursivo tal como é formulado por Guilhaumou (1989).

De acordo com Orlandi (2002), a noção de acontecimento discursivo formulada pelo autor é que da lugar específico à enunciação na análise de discurso, fazendo intervir a questão do sujeito e da história. Ainda para Guilhaumou (1989) o sujeito se constrói em uma dispersão de enunciados da qual ele mesmo é o elemento unificador, sem, entretanto, introduzir a homogeneidade no interior da heterogeneidade. O sujeito se instala assim nos dispositivos de arquivo e intervém no exato momento em que algo é enunciado, relatado, categorizado, conceituado.

Assim, Orlandi (2002) pontua que desse modo a noção de situação de enunciação cede lugar a noção de acontecimento, operando-se um duplo deslocamento: as marcas

¹ É a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. Na polissemia o que há é composição (com + posição) de sentidos. E a memória sustenta esta composição. A memória é, por princípio, polissêmica.

enunciativas vão depender de um processo singular de construção do sujeito da enunciação e, em, perspectiva histórica, toda a interpretação de um lugar enunciativo necessita levar em conta a consciência lingüística da época considerada e a forma como a questão da enunciação é apresentada nesse período.

E, é a partir dessa reflexão acerca de acontecimento discursivo que Orlandi (2002) introduz a noção de acontecimento lingüístico para nomear especialmente, em um caso como o da colonização, essa relação do lugar enunciativo e a língua nacional, dessa forma, segundo a autora, tal relação “produz uma clivagem, uma disjunção obrigada, que afeta a materialidade da língua brasileira”. (ORLANDI, 2002, p.31-32)

A história da identidade da língua nacional se estende por meio de muitos acontecimentos como acordos, fundação de academias, regulamentos escolares e outros como veremos no decorrer deste capítulo.

E para compreendermos melhor essa história vejamos como a autora Mariani (2004) apresenta a trajetória histórico-linguística constitutiva da institucionalização da língua portuguesa no Brasil. Mariani (2004) discorre que trata-se de um projeto de colonização lingüística constituído com base no catolicismo jesuítico e em consonância com um imaginário em torno da relação língua-nação vigente do século XVI ao XVIII, em meio a confronto entre línguas e memórias, histórias e políticas desiguais .

A colonização lingüística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários lingüísticos constitutivos de povos culturalmente distintos, línguas com memória, histórias e políticas de sentidos desiguais, tais que uma dessas línguas –chamada língua colonizadora – visa impor-se sobre a (as) outra (s), colonizada(s). Os efeitos decorrentes desse processo de colonização lingüística, porém, não são sempre os mesmos nem são previsíveis; basta que se observem comparativamente a trajetória das diferentes línguas indígenas, do inglês, do francês e do espanhol nas Américas. (MARIANI, 2004, p. 28)

Muitos são os elementos que vão influir no processo de colonização lingüística, como nos conta Mariani, e mais especificamente, no período que vai do séc. XVI ao XVIII, como a língua de colonização e as demais línguas, bem como o afastamento e as mudanças que a língua de colonização necessariamente sofre em relação à metrópole.

A diversidade das línguas, indígena, portuguesa, o fator de comunicação em uma terra desconhecida, e ainda havia também a questão do aprendizado das línguas

desconhecidas oralmente em função da gramatização em decorrência do modo como ia se constituindo o contato.

Aqui o encontro da língua de colonização com outras línguas européias, indígenas e africanas, marcou um lento desencontro dessa língua com ela mesma.

Assim, a colonização linguística também pode ser apreendida como um acontecimento linguístico, conforme compreende Orlandi (2002) em que a relação de colonização produz uma clivagem, uma disjunção obrigada que afeta a materialidade da nossa língua.

Dessa forma, acontece com o português do Brasil, “essa relação do lugar enunciativo e a língua nacional. [...] A língua praticada nesse outro regime enunciativo realiza, agora desse lado do Atlântico, a relação unidade/variedade: a unidade aqui não mais refere ao português do Brasil ao de Portugal, mas a sua unidade e variedades existentes no Brasil. Essa unidade do português do Brasil referido a seu funcionamento historicamente determinado é marca de sua singularidade.” (ORLANDI, 2002, p. 30)

Orlandi (2002) pontua que ao mesmo tempo em que aqui desembarca a língua portuguesa, ao deslocar-se de Portugal para o país nascente o Brasil institui um movimento de memória, deslizamentos linguísticos por meio dos quais uma outra língua a brasileira – faz-se presente.

Assim, Portugal se depara com uma variedade de línguas aqui praticadas principalmente pelos índios e tendo que se fazer comunicar, pois o Brasil era a colônia e o colonizador tinha que se fazer entender: ordenar, comandar, enfim administrar um mundo totalmente diferente do seu.

A língua de colonização, a língua portuguesa, cede lugar às transformações, as materialidades da língua e do mundo. O encontro entre Portugal e Brasil faz emergir dois imaginários linguísticos. A memória local e a memória da língua colonizadora, que se misturam, se transformam e dão origem a uma nova língua, a nossa língua.

Orlandi (2002) nos apresenta essa trajetória histórica a qual ela divide em duas partes:

Situação enunciativa I - (relação palavra/palavra, e não da palavra com a coisa). Para Orlandi, essa relação se dá quando o colonizador tem a necessidade de nomear coisas, estabelecer uma relação de entendimento, e assim ele o faz desse lado do Atlântico, mas com uma memória européia, assim se dá o processo de historização da nossa língua em

meio a transferências, deslizamentos de memória e metáforas, pois estamos diante de materialidades discursivas que produzem efeitos de sentidos diferentes.

Situação enunciativa II - As palavras, estas, já recobrem outra realidade. A unidade e variedade da língua praticada aqui não se referem mais ao português do Brasil ou ao de Portugal, mas a sua unidade e variedade existente no Brasil. Muda o regime de universalidade da língua que passa a ter sua referência no Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (a indígena, a africana, a de imigração etc.). (ORLANDI, 2009, p. 172)

A autora nos mostra o percurso histórico de uma língua que vai se constituindo na sua singularidade e como essa língua praticada nesse outro regime enunciativo realiza deste lado do Atlântico, a relação unidade/variedade. Por sua vez, a unidade já não se refere ao português do Brasil, ou ao de Portugal, mas à unidade e às variedades existentes no Brasil. Mas, nesse processo não é a variedade nem a diversidade de línguas que está em evidência, mas sim, o processo de historicização da língua que é parte integrante dessa heterogeneidade linguística. Visto todo esse processo histórico, entendemos como Orlandi (2009), que não é uma questão de rejeição a nossa filiação à Portugal e sim de atentarmos no que diz respeito às questões históricas, ideológicas e culturais, que atravessaram as fronteiras da nossa língua, a língua brasileira.

As discussões em torno do português brasileiro e o português português nunca cessaram e ainda promovem as inquietações que giram em torno das questões linguísticas da nossa língua, principalmente a questão do idioma que se fala no Brasil.

A divisão que se instala entre o português português e português brasileiro é presença constante no espaço de enunciação brasileiro como herança de um processo colonizador.

Orlandi (2009) distingue entre língua fluida² (o português brasileiro) e a língua imaginária³ (a língua portuguesa), o conflito entre a língua imaginária, aquela descrita nos livros de gramática, e a língua fluida, usada pelos falantes no dia a dia. Portanto, temos uma língua gramatizada e normatizada imposta pelas instituições educacionais, uma língua una, herança de uma colonização da língua portuguesa. E a língua “brasileira”, que

² Língua imaginária: é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua (ORLANDI, 2009, p. 18).

³ Língua fluída é a língua em movimento, mudança continua a que pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas. (ORLANDI, 2009, p. 18)

conforme compreendida por Orlandi está sujeita á variação a constante mutação. A língua imaginária impõe coerções, paradigmas e controla o uso. Ela não aceita qualquer fato da língua em qualquer situação.

Assim, a língua portuguesa é herança de uma colonização, e ela faz parte da **historicização**⁴ da nossa língua, a língua brasileira.

Ao postular tais questões, Orlandi (2009) afirma que é preciso considerar as nossas diferenças, e considerá-las, tanto na discursividade como na materialidade da nossa língua. Assim, podemos depreender que precisamos pensar a nossa língua e não nos remetermos a um discurso lusófono, tal como é imposto. A autora atesta que nossas diferenças, ainda são tratadas como variedades, e é possível vislumbrar esse jogo, no ensino público, em que professores ainda consideram o português português como o ideal, e o português brasileiro como o mal falado.

Sabemos que a nossa língua brasileira é filiada ao português, que por sua vez é filiado ao latim, mas a nossa língua também traz elementos das línguas indígenas, africanas, de imigração e de fronteira e é essa diversidade que deve atestar a sua riqueza, mas estamos sempre interpelados por uma unidade que é característica de uma colonização.

Aqui pensamos e refletimos sobre a questão da nossa língua, a partir das diferenças que se estabelecem entre a língua brasileira e o português de Portugal. A autora acredita que uma forma de evidenciarmos a nossa língua, enquanto uma língua brasileira é começarmos pela redefinição da palavra lusofonia. A palavra lusofonia, deve ser pensada como um campo heterogêneo de línguas que resultaram do processo de colonização, mas que se “independentizaram” ao longo do tempo. Os processos históricos pelos quais passaram Brasil e Portugal contribuíram para que o idioma falado nesses dois países se diferenciasse. Assim, Orlandi (2009) afirma que não é mais possível dizer que ambos falam português. Hoje esse idioma cabe apenas a Portugal, “no Brasil, fala-se uma nova língua: o “brasileiro” . (ORLANDI, 2009)

Desse modo, é por meio deste litígio que vemos surgir um emaranhado de significações no que diz respeito a nossa língua e nos faz refletir sobre o imaginário de língua una no nosso país. Ao tratarmos de significação, pensamos na linguagem como

⁴ Muda o regime de universalidade da língua que passa a ter sua referencia no Brasil,, na convivência com povos de línguas diferentes (a indígena, a africana, a de imigração etc.) aqui um novo espaço de comunicação (AROUX, 1994 *apud* ORLANDI, 2009). A isto que dominamos historicização da língua.

constituente de relações. Não tratamos desta, por isso, como um instrumento de comunicação ou interação, como somente um lugar de trocas. Vemos a linguagem sob uma perspectiva sócio-histórica na qual e por meio dela travam-se relações entre línguas/falantes via simbólico.

2.1 PROCESSO DE COLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NO BRASIL, EFEITOS, SENTIDOS E MEMÓRIA

Para compreendermos o processo de historicização da nossa língua, além do processo colonizador, é preciso discutir também o papel da linguagem na transformação de uma colônia em uma nação independente numa perspectiva histórica, social e ideológica. Dessa forma, discutiremos o processo de historicização da nossa língua e também os efeitos políticos constituintes de uma memória na institucionalização de uma língua nacional.

Mariani (2004), em sua obra *Colonização linguística*, traça a trajetória histórico-linguística constitutiva da institucionalização da língua portuguesa no Brasil e nos apresenta o processo de colonização linguística o qual resulta de um processo histórico entre dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais, “em condições de produção tais que uma dessas línguas - chamada de língua colonizadora-visa impor-se sobre as outra(s), colonizadas(s).” (MARIANI, 2004, p. 28)

A autora ainda pontua que os efeitos decorrentes dessa colonização linguística não serão sempre os mesmos como podemos constatar nas trajetórias das diferentes línguas indígenas, do inglês, do francês e do espanhol nas Américas. Em território brasileiro temos o encontro linguístico entre duas memórias Brasil e Portugal, assim como, a relação entre a língua de colonização e as demais presentes aqui bem como o afastamento e as mudanças que a língua de colonização necessariamente sofreu em relação à metrópole Portugal.

Dessa forma, se de um lado, há um encontro da língua de colonização com outras (européias, indígenas ou africanas), de outro lado, há um lento desencontro dessa língua com ela mesma. Portanto, embora a declaração da independência ocorra apenas na segunda década do séc. XIX, pode se falar em um português brasileiro sendo já sendo constituído.

Já sabemos que a principal característica da língua brasileira é a diversidade linguística no Brasil colônia (séc. XVI ao XVIII), que se constituirá num elemento determinante para a formação de uma língua, que Orlandi (2009), nomeia língua brasileira, a qual, por sua vez, estará em conflito constante com a política de institucionalização oficial do português no território nacional.

Mariani (2004) discorre em sua obra que os processos – colonização como catequese e gramatização do tupi (língua geral ou brasílica) irão configurar, no século XVIII, o quadro histórico no qual se deu a colonização linguística bem como a institucionalização da língua portuguesa no Brasil, uma institucionalização que precisa ser pensada na tensão entre a heterogeneidade linguística de fato, e uma homogeneidade produzida pelo colonizador seja na língua da metrópole, seja na língua indígena em função da gramatização.

Para melhor explicitar esses processos, Mariani divide a utilização das línguas nas novas colônias em quatro situações distintas: a situação formal do ensino das línguas nos colégios jesuítas, a situação em que são construídas significações para as palavras indígenas, a situação em que várias línguas são citadas e a situação em que há uma espécie de estranhamento linguístico.

Assim, a autora relata que ao longo dos três primeiros séculos de colonização é que a língua vai se tornando um instrumento de uma função social, passando assim a funcionar como meio de comunicação e sociabilidade. O saber que vai se constituindo no século XVIII volta-se para uma forte percepção da função social das línguas. As línguas vão se estabelecendo como fonte de comunicação e de estabelecimento de laços sociais. É neste período em que os laços língua-nação se estreitam no mundo europeu, afirmar uma nação, com uma identidade própria, é também afirmá-la linguisticamente unitária e homogênea; uma mesma língua falada por um conjunto de cidadãos.

Desse modo, a necessidade de uma política linguística se torna cada vez mais visível em prol de promover uma unidade, em meio a um campo heterogêneo de línguas, onde circulam línguas constitutivas de povos culturalmente distintos que se defrontam em condições de produção tais que uma dessas línguas, chamada de língua colonizadora, visa impor-se sobre a(s) outra(s) colonizada(s). Os processos de colonização linguística e gramatização irão configurar também a ideologia de uma unidade linguística frente à diversidade das línguas como razão de um Estado fortemente atrelado aos ideais da Igreja.

Dessa forma, a colonização linguística será o princípio de um tenso jogo entre memórias e apagamentos das imagens produzidas sobre as línguas em circulação que promovem a institucionalização de uma língua nacional.

Por conseguinte, no processo de colonização linguística, há uma disputa entre as línguas que se relacionam, se misturam e se dividem num processo singular, dando origem a uma língua, que se tornará a língua nacional.

Para evidenciarmos esse acontecimento, recorreremos ao conceito de espaço de enunciação do semanticista Guimarães (2005b), que veremos mais detalhadamente no próximo capítulo. Para Guimarães (2005b), o falante não é uma figura empírica, mas uma figura política constituída pelo espaço de enunciação. O espaço de enunciação do português é ocupado por outras línguas, como as de imigração, indígenas e africanas. Essas línguas, no entanto circulavam em diferentes espaços de comunicação e cumpriam distintas funções sociais, como é o caso do latim, restrito ao domínio religioso e pedagógico das elites. Portanto, é em meio ao confronto entre políticas de sentidos das línguas em contato, ou seja, entre diferentes produções de sentidos e de práticas sócio-históricas que se relacionaram e se relacionam cada língua específica no espaço de enunciação.

A colonização linguística se inscreve na ordem de um acontecimento de uma maneira específica, ela se realiza no encontro de várias memórias simbólicas (as línguas, em suas distintas materialidades com uma atualidade o (des) encontro languageiro, a incompreensão dos sentidos). Como resultado, a colonização linguística produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo, provoca reorganizações no funcionamento dos sistemas linguísticos além de rupturas em processos semânticos estabilizados.

Através desse percurso histórico, que nos apresenta Mariani(2004), podemos compreender como a língua portuguesa no Brasil, corresponde a uma noção historicizada pela colonização linguística, que com o passar do tempo, fizeram com que discursos reivindicatórios de uma nacionalidade brasileira lutassem contra essa memória, dando início à longa discussão sobre a discursividade específica da língua falada no Brasil.

2.2 O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO E LUSOFONIA

Após compreendermos como se deu o processo *de colonização linguística*, no Brasil, as consequências e os efeitos produzidos em relação às línguas, vejamos como Orlandi (2009) desenvolve o conceito de descolonização ao refletir sobre o discurso lusofono no Brasil.

Para Orlandi(2009), quando pensamos o Brasil, não podemos deixar de pensar as condições históricas-políticas e sociais da colonização a que fomos submetidos. O português de Portugal ao se deparar com uma diversidade linguística no Brasil colônia, começa a sofrer transformações, devido ao contato com as demais línguas existentes aqui, línguas indígenas, línguas de fronteira, africanas e de imigrantes. Dessa forma, o português de Portugal passou a sofrer transformações na sua materialidade, o embate com a materialidade de um novo mundo e de sua história, dando origem a uma língua singular que chamaremos língua brasileira. Para evidenciarmos e atestarmos essa língua, Orlandi propõe o processo de descolonização:

Sabemos que não há uma unidade homogênea que se possa chamar de lusofonia, A língua una é herança da colonização. A palavra lusofonia preserva o conceito de homogeneidade. Temos uma diversidade linguística, e, é preciso tornar visíveis essas diferenças, falamos diferente, produzimos diferentes discursividades, e, é esse sentido que dever ser atribuído a palavra descolonização. (ORLANDI, 2005, p. 18)

Um acontecimento importante de descolonização no Brasil aconteceu no séc. XIX, com o processo de *gramatização -endogramatização* conforme compreende Aroux (1992)

“A gramatização é para Aroux “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (Aroux,1992,p.65).

Assim, foram produzidas gramáticas e dicionários com o objetivo principal de legitimar uma língua nacional, mas o nome institucionalizado da nossa língua era língua portuguesa, as obras receberam títulos como *Gramática Portuguesa*, *Gramática da Língua Portuguesa* e *Gramática Brasileira da Língua Portuguesa*. Mas no final do século XIX e

principalmente no início do século XX, é que gramáticos como João Ribeiro e Said Ali registraram com maior destaque essas transformações da língua. Said Ali, por exemplo, escreveu um livro chamado “As dificuldades da língua portuguesa”. Essas dificuldades, segundo Orlandi(2009), eram as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal.

No séc. XX a relação do Brasil com sua língua nacional está institucionalizada, a sociedade brasileira se organiza face as suas necessidades de representação científica. A gramática passa a ser um instrumento linguístico para distinguir os brasileiros que conhecem a língua corretamente e aqueles que não conhecem. E é então que surge a NGB (*Norma Gramatical Brasileira*, 1959; L. Baldini, 1999). A NGB estabelece a homogeneidade de uma terminologia desautorizando as diferentes posições dos gramáticos.

Dessa forma, o processo de descolonização dá mais um passo, a NGB distingue não mais brasileiros e portugueses, mas brasileiros e brasileiros, essa divisão não apaga a ambiguidade da memória, português-europeu, português- brasileiro, em que se fazem presente o imaginário de uma língua pura, uma língua una.

O português europeu é o português institucionalizado e o português brasileiro é o mal falado, é o português carregado dos efeitos ideológicos da colonização.

Orlandi (2009) pontua que não podemos deixar de pensar a questão da língua portuguesa no mundo contemporâneo, via colonização, sem pensar os países colonizados por Portugal em que sobressai ao lado do Brasil a África, refletindo sobre o processo de descolonização linguística e a redefinição da palavra lusofonia. Através dessa junção das duas histórias podemos refletir sobre questões linguísticas da língua brasileira, que percorre um processo histórico - social semelhante aos dos países colonizados, como temos no nosso caso, mais precisamente a África, que o espaço de comunicação (AROUX, 1994) é tão ou mais heterogêneo que o nosso do ponto de vista do contato, da articulação de línguas.

Como vimos uma forma de desencadear e evidenciar o processo de descolonização é começarmos pela redefinição da palavra lusofonia. Redefinindo a palavra lusofonia como um campo heterogêneo de línguas, tratando das diferenças entre a língua brasileira e o português, assim como das diferenças do português para o latim. Ambas são filiadas ao latim, mas são distintas deste.

Assim, a autora salienta que não é uma questão de rejeição à nossa filiação a Portugal, mas sim de reconhecer o processo de historicização da nossa língua, uma língua

com suas próprias características. Ou seja, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e se aplica a situações de domínio de línguas que resultaram do processo de colonização, mas que se “independentizaram” ao longo do tempo. Temos uma língua que se individualizou à sua maneira no processo de sua historicização, ao buscarmos algo comum na tensão entre unidade e diversidade, não teremos mais o passado como referência, mas sim o presente e as nossas diferenças no modo como elas se organizam, promovendo assim consequentemente um processo descolonizador.

Alguns autores falam dessas diferenças, mas as classificam segundo Orlandi (2009) como “variedades”. E essa atitude segundo a autora oculta a legitimidade da nossa língua.

Orlandi(2009) propõe o termo mudança em substituição a variedades, porque segundo ela, admitimos mudanças entre o latim e o português que se constituiu na Europa, mas não fazemos isso em relação ao português e a língua falada no Brasil. A autora ainda pontua:

A língua falada atualmente no Brasil é muito diferente da falada em Portugal. Temos diferenças suficientes tanto na materialidade da língua quanto no âmbito discursivo que já nos permitem falar em uma língua brasileira. Nós produzimos discursos diferentes, com sentidos igualmente distintos. Nossos processos de significação também são diferentes. (ORLANDI, 2009, p. 180)

Assim, pudemos perceber pela reflexão tal como nos apresenta as autoras Mariani e Orlandi que a língua brasileira nasceu de todo esse processo político-ideológico e colonizador e se tornou uma língua com sua própria materialidade e discursividade, no entanto esta ideologia da colonização ainda se faz presente e há uma resistência por parte dos linguistas, quando tratamos a nossa língua, como língua brasileira. Como nos apresenta (ORLANDI, 2009), nossa língua sofreu influências das línguas indígenas, africanas, de imigração e de fronteira. É assim que as línguas se constituem. As línguas estabelecem relações entre si. E é todo esse processo de historicização que atribui riqueza e singularidade a cada uma.

O trabalho das autoras ainda nos permitiu debruçarmos-nos sobre a história político-social e ideológica, da nossa língua, em seu percurso como objeto simbólico,

elemento constitutivo de uma língua brasileira e ainda pudemos perceber os efeitos do processo colonizador imposto sobre as línguas, e que não há processo colonizador que não tenha passado pelo acontecimento linguístico que resulta da imposição violenta da língua do colonizador, uma imposição que confronta línguas com funcionamentos e memórias sociais distintas, e que acaba por produzir, ao longo do contato linguístico e social, a emergência de um lugar enunciativo diferenciado e determinado em relação à constituição da língua nacional.

A atribuição de sentidos para a língua nacional, ou para as línguas nacionais, não se realiza senão em relação a uma memória heterogênea na qual “o mesmo abriga, no entanto um outro”, um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’.” (ORLANDI, 2002, p. 23)

O estudo da colonização linguística é fundamental para compreendermos as questões políticas, ideológicas e sociais que fazem parte do processo de historicização da nossa língua. A partir da heterogeneidade linguística pudemos entender como se dá essa relação entre países colonizados.

Orlandi(2009) propõe uma importante reflexão em torno da redefinição da palavra lusofonia e o que considera como descolonização.

Assim, acerca de todo esse processo político ideológico onde as línguas se constituem, pudemos pensar na situação de conflitos de sentidos e políticas linguísticas que circundam em torno das questões no que diz respeito a nossa língua enquanto uma língua brasileira. A memória institucionalizada da língua portuguesa no Brasil, advinda de um processo vinculado a um imaginário de unidade linguística, herança de uma colonização se faz sempre presente, quando pensamos o processo de historicização da nossa língua.

O conceito de descolonização, conforme propõe Orlandi(2009) deve ser entendido, como uma unidade, não mais nos remetendo ao passado como referência, mas sim, ao presente, com as nossas diferenças e como elas se organizam. (ORLANDI, 2009)

Partindo desse estudo, podemos depreender que o conceito de descolonização para pode ser definido como esse imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos/falantes não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos/falantes de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação. Assim, “a descolonização como a colonização, são submetidas ao processo de como as sociedades se estruturam politicamente em relação aos países, aos Estados, às Nações e às tribos. Portanto a

descolonização e a colonização são fatos da relação entre a unidade necessária e a diversidade concreta de um mesmo território”. (ORLANDI, 2009, p.172)

Por sua vez, estamos sempre afetados pela herança da colonização, submetidos a uma língua imposta e institucionalizada.

Orlandi (2009) propõe tecermos novas teorias que evidenciem a nossa língua, apresentem a nossa diversidade e as nossas diferenças que estão presentes tanto na discursividade, como na materialidade da língua.

2.3 O PROCESSO DE NOMEAÇÃO DO IDIOMA NO BRASIL

Para Orlandi (2009), a questão da língua que se fala a necessidade de nomeá-la, é uma questão necessária e que se coloca impreterivelmente aos sujeitos de uma dada sociedade de uma dada nação. Porque a questão da língua que se fala toca os sujeitos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodeterminação. E pontua:

“O brasileiro deve observar sua história necessariamente através do discurso europeu, uma abordagem crítica lhe permite atingir o lugar da produção desses efeitos de sentido para que ele possa compreender o deslocamento que preside a produção de sua identidade [...] E para que o analista possa compreender esse processo, ele tem de tomar uma posição face à histórias das ciências. (ORLANDI, 2009, p. 191)

Por esse excerto, Orlandi destaca a importância da história de uma língua, o conhecimento da sua prática e funcionamento, analisando as injunções política e social, para que especialistas ou simples falantes da língua possam tomar uma posição frente à história da ciência no conjunto de relações que se articulam no chamado mundo globalizado, em que o lugar que as línguas ocupam é decisivo. Assim, pensar o nome da língua é tomar em conta a história do saber produzido por ela é conhecer a história da sua própria língua.

No Brasil, questão do nome da língua que falamos atravessa séculos, e esta é uma questão que se coloca desde os princípios da colonização no Brasil, mas que adquire uma força e um sentido especiais ao longo do século XIX.

Orlandi (2009) nos relata que durante todo o tempo, naquele período, o imaginário da língua oscilou entre a autonomia e o legado de Portugal. De um lado, o Visconde de Pedra Branca, Varnhagen, Paranhos da Silva e os românticos como Gonçalves Dias, José

de Alencar alinhavam-se entre os que defendiam nossa autonomia propugnando por uma língua nossa, a língua brasileira. De outro, os gramáticos e eruditos consideravam que só podíamos falar uma língua, a língua portuguesa, sendo o resto apenas brasileirismos, tupinismos, escolhos ao lado da língua verdadeira.

Dessa forma, predomina a língua portuguesa uma língua padrão apagando-se, silenciando-se o que era mais nosso e que não seguia os padrões: nossa língua brasileira.

Em 1823, por ocasião da Assembléia Constituinte, tínhamos pelo menos três formações discursivas conforme nos apresenta Orlandi (2009): a) a dos que propugnavam por uma língua brasileira, b) a dos que se alinhavam ao lado de uma língua (padrão) portuguesa e c) a formação discursiva jurídica, que, professando a lei, decidia pela língua legitimada, a língua portuguesa. A partir dessas posições e das decorrentes discussões, neste mesmo ano elegeu-se a língua portuguesa como a língua falada no país.

Mas o embate entre os nomes língua portuguesa e língua brasileira como podemos estabelecer uma relação com a distinção entre língua imaginária e língua fluída estão sempre em evidência, e nos anos seguintes a língua que se fala no Brasil era nomeada língua nacional.

Guimarães (2004) comenta que em 1870, procurando argumentar sobre a língua que falamos, temos a polêmica entre o romancista brasileiro José de Alencar e o português Pinheiro Chagas, um enfatizando nossas diferenças e autonomia, o outro, sobre o legado que recebemos de Portugal, a língua portuguesa.

Já no século XX, na década de 1930 há uma discussão na Câmara do Distrito Federal sobre o nome da língua do Brasil: língua portuguesa ou brasileira. Novamente se decide pelo indefinido: falamos a língua nacional.

Luis Francisco Dias (1996) faz uma importante reflexão por meio de uma análise semântica de enunciados de discursos parlamentares, produzidos no processo de tramitação de três projetos legislativos no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, que objetivavam a denominação do idioma falado no Brasil, de língua portuguesa para língua brasileira onde mostra que o debate em torno da denominação do idioma deixava transparecer uma questão que esteve presente em outros momentos da nossa história: a identidade da língua falada no Brasil. As discussões se desenvolviam em torno de duas posições como aponta o autor.

A) “Parte dos parlamentares via na expressão língua brasileira a legitimação de um domínio de língua caracterizado como “patuá do povo ignaro”, “meia-língua do poviléu”, “língua da tia Josefa, a cozinheira”, “dialeto regionalista”, etc. Portanto, era necessário, no entender desse grupo, lutar contra o projeto de mudança do idioma, uma vez que designar a língua de brasileira significaria configurar uma identidade para a nação a partir de um domínio de língua relativamente a “povo ignaro”, “poviléu”, “cozinheira”, “caipira” etc. a língua não poderia ser chamada de brasileira, para o grupo de parlamentares dessa posição, uma vez que “essa língua” não adquirira um estatuto capaz de legitimar discursos, de modo a torná-los visíveis às malhas sociais da elite brasileira letrada. O nome “língua portuguesa” deveria continuar como nome oficial da língua na ótica desses parlamentares, porque se adequaria a toda uma tradição de escrita cultivada pelos grandes nomes da literatura brasileira.” (DIAS, 1996, p. 81)

Não recuso o meu voto ao projeto do Sr Vereador Frederico Trotta, devido ao facto de recluir que pareça uma falta de patriotismo negar que no Brasil se falla a lingua brasileira. Entretanto, immensa seria minha satisfação se o brasileiro, que se falla e nosso paiz, fosse igual ao brasileiro que todos os brasileiros escrevem. (anais da Câmara Municipal do D. Federal. Julho de 1935. p.299) (DIAS, 1996,p.47)

B) “O outro lado da polêmica, a saber, os que defendiam a mudança da denominação do idioma, viam no nome língua brasileira a expressão da própria natureza do País. A língua brasileira é o “cultivado fruto policrômico e saboroso, de feição tão linda que é o idioma brasileiro”; é a língua que “aqui se desenvolveu, floriu, amalgamou-se, coloriu-se”; é a “língua tão cheia de suavidade, que falam as brasileiras, [...] tão cheia de heroísmos que falam os brasileiros”; é a língua que “se distendeu em ramos frondosos, acobertada por essa natureza exuberante, que é a brasileira, parecendo pedir, desde então, vida própria, genuinamente nacional, e naturalização”. “Para esse grupo, portanto, a língua que falamos deveria ter o nome de língua brasileira, uma vez que ela se molda pela imagem da natureza que identifica o espaço geográfico brasileiro.” (DIAS, 1996, p.81)

Quando transplantada para o Brasil aqui se desenvolveu (a língua portuguesa) floriu, amalgamou-se, coloriu-se. De aldeã se

tornou palaciana. Não há, portanto motivo para chamá-la língua portuguesa, pois em todas as leis naturais, biológicas e até físicas, a maior quantidade absorve a menor [...] (Anais da Câmara Mun. do D. Federal. Agosto de 1935, p. 32) (DIAS, 1996, p.62)

Analisando essas duas vertentes acerca da discussão em torno do nome da língua que seria definido no Brasil o autor pontua que como a questão do nome do idioma estava sendo determinada pela questão da identidade do cidadão brasileiro e da própria nação que ia se constituindo naquele período, a relação entre a concepção de idioma e a concepção de nacionalidade era permeada pelo espaço em que o sujeito encontra a sua identidade. Especificamente, o grupo que combatia a mudança do idioma e o grupo que a defendia configuravam esse espaço diferentemente.

Segundo Dias, a análise da primeira perspectiva, revelou o brasileiro enquanto sujeito que se utiliza da língua falada no país, e só é percebido como cidadão tendo como referência o percurso de escrita. Esse fato aponta para uma exclusão daqueles que não dominavam a escrita ficam alijados da categoria de cidadão.

Na segunda perspectiva, a identidade do brasileiro é deslocada para uma região distante do debate social; esta região é aquela que se constrói uma imagem de brasileiro distante da realidade que o circunda. É em relação a esses espaços, então, que se configurava a cidadania nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil.

Finalmente, assim como D. Pedro outorgou uma Constituição em 1823, também em 1946, a comissão encarregada pelo governo brasileiro, em atendimento ao estabelecido pela Constituição de 1946, decide que o nome da língua falada no Brasil é língua portuguesa, mas esta questão da nomeação da língua que se fala em nosso país, se põe em momentos distintos de nossa história e continua atrelada a nossa realidade como confirmaremos no decorrer do nosso trabalho.

A partir dessas proposições em torno do nome da língua colocamos uma questão: Falamos a língua brasileira ou a língua portuguesa?

Para Orlandi (2009), essa questão é irrespondível, ou pelo menos imprevisível, pois segundo a autora trata-se de uma denominação como qualquer outra e não depende só do que nos diz o conhecimento sobre a nossa língua, mesmo que já haja pesquisas avançadas mostrando que o que temos na relação com o português são mudanças, “um nome depende

não só de argumentos que tragam a marca da objetividade da ciência, mas depende de uma conjuntura histórica mais ampla histórica e política”.(ORLANDI, 2009, p.193)

Assim, Orlandi considera que a questão do nome da língua é uma questão de poder, uma questão de identidade, questão de memória e, portanto de ideologia e inconsciente.

A nós cabe então continuarmos nossas reflexões acerca das questões que circundam a nossa *língua*, ao tomarmos em conta a história do saber produzido sobre ela, e ainda o que podemos produzir e avançar tomando uma posição frente à história da ciência e frente ao lugar que ela ocupa nas relações sociais, ou seja, em um mundo globalizado.

CAPÍTULO III - POR UMA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

No percurso que acabamos de realizar vimos como a questão do idioma que se fala no Brasil interpõem-se em faces de momentos distintos da nossa história e também como o discurso lusofono se faz presente nas questões postuladas acerca da nossa língua. A partir desse quadro teórico, pensamos a língua tal como se coloca essa questão no Brasil, mas analisaremos nosso *corpus*, sobretudo tomando os elementos epistemológicos da Semântica do Acontecimento.

Assim, nesse capítulo, pretendemos dissertar sobre o modo pelo qual a Semântica do Acontecimento, tal como é concebida por Guimarães (2005b) propõe um modo de tratamento enunciativo do sentido que se constitui histórico-social e politicamente no acontecimento de linguagem.

Desse modo, o nosso trabalho, no que tange à sua inscrição teórica, visa em específico, ao fenômeno do Acontecimento de linguagem que se dará nas cenas enunciativas a serem analisadas, e tomaremos como suporte e princípio norteador os elementos teóricos e epistemológicos da Semântica do Acontecimento proposta e desenvolvida por Guimarães (2005b).

3.1 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

A Semântica do Acontecimento é um estudo que deu sequência ao trabalho realizado no livro *Os limites do sentido*, de Eduardo Guimarães (2005a) em que, como vimos no primeiro capítulo, o autor considera a enunciação enquanto determinada pelo interdiscurso, conforme essa noção é trabalhada a partir de Michael Pêcheux sobre o discurso.

Na semântica do Acontecimento, esse trabalho feito em os *Limites do Sentido* é retomado para ser mais bem especificado. Dessa forma, o descolamento mais significativo é que Guimarães(2005b) propõe pensar a enunciação enquanto acontecimento de linguagem, o conceito de interdiscurso, já não mais se põe como operatório, ao ponto que o autor sugere um novo modo de observar a enunciação, não mais como determinada pelo

interdiscurso, mas sim como um acontecimento de linguagem. Dessa maneira, o acontecimento se constituirá para o autor, nesse momento da teoria, como:

algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa sua diferença. (GUIMARÃES, 2005b, p. 11-12)

Assim, Guimarães (2005b) considera o acontecimento enquanto enunciação e desse modo, desloca-se a questão da língua em movimento, tal como Benveniste (1989) para quem a enunciação é a língua posta em funcionamento pelo locutor e isto caracteriza o acontecimento de linguagem.

Ainda numa abordagem enunciativa Guimarães cita Ducrot (1987) em *Esboço de uma teoria polifônica da Enunciação*, que considera a enunciação como aparecimento histórico de um enunciado, que tem por característica ser irrepitível. A noção de historicidade em Ducrot se resume ao tempo cronológico, ao momento concreto da enunciação, a enunciação de um enunciado é um acontecimento histórico, "É dada a existência a algo que não existia antes e que não existirá depois". (DUCROT, 1987, p.168)

Já para o autor Guimarães (2005b), a temporalidade não é da mesma ordem do tempo cronológico, ela é da ordem do interdiscurso, já que o seu passado é o recorte de um memorável do interdiscurso e seu futuro é a projeção de sentidos a partir desse recorte feito pelo presente do acontecimento.

Dessa forma, para construir o aparato teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, o autor dialoga com alguns teóricos e principalmente com alguns pensamentos desenvolvidos por Michael Pêcheux.

Pêcheux (2008) em *O Discurso estrutura e ou acontecimento*, ao refletir sobre a questão da linguagem, sem negar o percurso pelo marxismo, aceita o desafio entrecruzando três caminhos: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação na Análise de Discurso. Como constatamos em sua reflexão: "Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe" (PÊCHEUX, 2008, p. 56)

Assim, para Pêcheux (2008), o discurso é acontecimento em que não se separa a relação entre a análise como descrição e a análise como interpretação. O acontecimento encontra-se no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória. E como defende Pêcheux, outros autores como Guilhaumou (1989) tentaram definir o que conhecemos como acontecimento discursivo. Para o historiador, o acontecimento discursivo caracterizar-se-ia como o momento de emergência de formas singulares de subjetivação.

Embasado nessa filiação teórica, e com base nos estudos de Michel Pêcheux, Guimarães (2005b) considera a enunciação enquanto acontecimento de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua. E integram a conceituação desse acontecimento de linguagem a língua e o sujeito que é quem a faz funcionar ao enunciar algo, a sua temporalidade e a materialidade histórica do real.

Assim, para o autor, o acontecimento é considerado enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza essa diferença é que o acontecimento temporaliza. Diferentemente de Pêcheux (2008) que considera o acontecimento enquanto discursivo, Guimarães (2005b) compreende o acontecimento como enunciativo e a relação que tem com a temporalidade dá-se entre passado, presente e futuridade constituída no acontecimento. Isso se produz na medida em que o recorte do memorável, ao deslocar um real, constitui a temporalidade.

Desse modo, para Guimarães (2005b), o presente do acontecimento também não é tal como considera Benveniste (1995), o tempo no qual o locutor diz eu e enuncia, a partir do qual se organizam um passado (um antes) e um futuro (um depois), constituindo-se assim, a partir do Eu, uma linha de sucessividade, ou seja, não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. Ele é tomado na temporalidade do acontecimento. A temporalidade de um lado se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) não há projeção, não há a interpretação. Ainda, de acordo com Guimarães (2005b),

O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro, por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento de linguagem funcionam por um passado que o faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (GUIMARÃES, 2005b, p. 12)

O autor ainda considera que a temporalidade de acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. “O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro”. (GUIMARÃES, 2005b, p.12)

Essa consideração mobilizará o conceito de orientação argumentativa conforme Ducrot (2008), de modo que, na temporalidade do acontecimento, em que os dizeres estão no limite da interpretação, é que se movimenta a futuridade possível. Conforme Guimarães, “orientar argumentativamente é, assim, conduzir incessantemente o texto para seu futuro, para seu fim. A orientação argumentativa se dá como uma exigência da futuridade do acontecimento.” (GUIMARÃES, 2007b, p. 209)

Assim, a relação entre acontecimento e argumentação como latência de futuro é "garantida" porque se constitui, nesse movimento, um passado; recorta-se um memorável cujo sentido autoriza o funcionamento da argumentação, a passagem de um argumento a uma conclusão, “memorável, portanto, sustenta uma relação de orientação argumentativa e assim projeta como interpretar o futuro do texto”. (GUIMARÃES, 2007b, p. 211)

Para as nossas análises, tomamos, ainda, da Semântica do Acontecimento, a noção de cena enunciativa, a qual entendemos como um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição de lugares de enunciação no acontecimento de linguagem, ou seja, ter ao mesmo tempo um Locutor que se representa no seu dizer como fonte desse dizer e um locutor-x, que represente o lugar social do locutor ou seja, Lugar Predicado por um Lugar Social e o Lugar do Dizer, assim analisamos a distribuição de lugares sociais e os lugares do dizer, que se caracterizam em uma cena.

Por conseguinte, a configuração do sujeito da enunciação, chamado de Locutor x no acontecimento, é a de que ele é a origem do dizer e assim da temporalidade. Produz-se assim uma disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo locutor. Esta disparidade significa diretamente a inacessibilidade do locutor àquilo que enuncia. O locutor não está onde a enunciação significa sua unidade (tempo do Locutor). Assim, o Locutor está dividido no acontecimento. E está dividido, porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar enquanto sujeito. (GUIMARÃES, 2005b, p. 14)

Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são indivíduos, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não indivíduos donos de seu dizer.

Dessa maneira, “estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua. Esta distribuição de lugares se faz pela temporalização própria do acontecimento”. “Neste sentido a temporalidade específica do acontecimento é fundamento da cena enunciativa.” (GUIMARÃES, 2005b, p. 23)

Para caracterizar esse aspecto, o semanticista recorre ao aparato teórico da Análise do Discurso, a qual considera que o sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso.

O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo, assim a temporalidade não é da mesma ordem que o tempo cronológico. Ela é a da ordem do interdiscurso, já que o seu passado é o recorte de uma memória, (memorável) e a futuridade é a projeção de sentidos remetendo a uma interpretação a partir desse recorte feito pelo presente do acontecimento”. (GUIMARÃES, 2005b, p. 14)

Assim, pensamos o acontecimento enunciativo enquanto o lugar em que o sujeito constitui suas relações. Este é o lugar onde o sujeito se constitui na alteridade significando, o lugar no qual o simbólico se expõe ao real, produzindo significação. O real é, portanto, quando atravessado pelo simbólico, significado. A Cena enunciativa, caracteriza-se por constituir modos específicos de acesso a palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas.

Ao tratarmos do sujeito como significado, constituído pela Cena no Acontecimento, refletimos sobre a contradição que caracteriza esse Acontecimento enquanto promovido pelo par língua/fala e suas funções. Tal contradição ocorre entre uma normatividade, práticas discursivas legitimadas sócio-historicamente na relação entre sujeitos, figuras da enunciação, que constituem seus lugares na linguagem e a afirmação de pertencimento dos não incluídos nessas práticas, também sujeitos que, determinados pela língua são

caracterizados pela resistência e diferença dessa normatividade. Como podemos ilustrar tal constatação com a questão do imaginário de língua uma no Brasil.

No acontecimento, o sujeito se constitui por seus dizeres. Estes dizeres travam relações, conferem ao falante o que chamamos de “papeis enunciativos ou lugares sociais de dizer”.

A Semântica do Acontecimento, dessa forma, visa à percepção dos sentidos no Acontecimento enunciativo, o que inclui falantes, sujeitos afetados pelo simbólico que se localizam em um tempo e em um espaço. Nessa medida, estes sujeitos são afetados pela língua, pelo modo como estas línguas estão distribuídas a estes falantes, como constataremos em nossas análises.

3.2 ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO E AS DIVISÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA

O conceito de espaço de enunciação se faz presente na obra de Guimarães (2005), em Semântica do Acontecimento, para o autor as políticas de línguas se fazem a partir de certos princípios que poderíamos chamar de éticos. Os lugares enunciativos dos quais se enunciam, estes princípios relacionam as certas posições sociais específicas.

Guimarães (2006) pontua que Orlandi (1998) aponta três posições que configuram diferentemente as políticas linguísticas. São elas, a Unidade como valor: razões de Estado, das Instituições; Dominação como valor: razões que ordenam reações entre povos, entre nações, entre Estados; Diversidade como valor: razões relativas aos que falam as línguas.

De acordo com Guimarães (2006), considerar estas diferentes posições é um modo de colocar de início o espaço do litígio, do conflito como parte do objeto que nos cabe, ao se falar de política de línguas. Assim, essas posições nos fazem refletir sobre o modo de funcionamento do litígio no qual elas procuram sustentar a igualdade de direito à enunciação, à significação.

Dessa forma, as línguas funcionam sempre em relação a outras, na medida em que funcionam em relação a seus falantes em um determinado espaço de enunciação. E, para melhor explicitarmos vejamos como Guimarães (2006), desenvolve o conceito de o espaço de enunciação que para o autor, é um conceito decisivo na teoria enunciativa da linguagem:

O espaço de enunciação é o lugar da atribuição das línguas para seus falantes. E cada espaço de enunciação tem uma regulação histórica específica, ou seja, distribui línguas que estejam em relação e em condições históricas específicas, de um modo particular. (GUIMARAES, 2006, p.13)

Para o autor, um aspecto fundamental do funcionamento das línguas é que elas estão ligadas ao processo de subjetivação dos sujeitos, ou seja, as pessoas não falam uma língua sempre do mesmo modo. E estas diferenças de como as línguas constituem seus falantes fazem parte do processo social de identificação de seus sujeitos.

Estabelecemos assim, uma relação ao pensarmos a língua portuguesa a partir das divisões políticas das línguas, e do seu funcionamento histórico no espaço de enunciação.

Como vimos, na constituição de 1946, fica decidido que o idioma nacional do Brasil é a *Língua Portuguesa*.

Guimarães (2006) ao analisar esse parecer constata que tal conclusão sustenta-se decisivamente no argumento de que termos como língua o português garante que somos um povo civilizado, como vemos o relato abaixo:

“Essa denominação, além de corresponder à verdade dos fatos, tem a vantagem de lembrar, em duas palavras- Língua portuguesa, a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado”.(SIVEIRA,1960 *apud* GUIMARÃES 2006,p.12)

Assim, esse caráter civilizado da língua portuguesa, o que garantiria que o povo brasileiro fosse civilizado, serve como argumento para que língua portuguesa se estabeleça como o nome da língua da nação brasileira. As línguas indígenas são significadas, em oposição à língua portuguesa, como línguas primitivas.

O autor ainda pontua que a constituição de 1988 traz uma novidade: pela primeira vez formula-se a questão da língua oficial, e também, pela primeira vez se formula a questão das línguas indígenas. Desse modo, a língua portuguesa é formulada como língua oficial e significada como língua nacional, mantendo o efeito de sobreposição língua oficial e língua nacional.

Assim, tomando o espaço de enunciação, enquanto um espaço simbólico em que as línguas funcionam umas em relação às outras e se distribuem de forma desigual para seus falantes, a língua portuguesa significa como língua de civilização, e as línguas indígenas como línguas primitivas, constituindo seus falantes enquanto sujeitos de linguagem a partir

desses efeitos de sentidos. Ainda nesse espaço podemos considerar que historicamente funcionam também as línguas africanas, línguas de imigração como o italiano, entre outras.

O autor faz um importante estudo no que tange a distribuição de línguas, segundo Guimarães (2006), a distribuição de línguas é sempre marcada por uma desigualdade politicamente construída. Ou seja, a distribuição dessas línguas para seus falantes constitui uma hierarquia entre elas e atribui um sentido para esta hierarquia.

Para melhor visualizarmos como se dá essa distribuição, vejamos como Guimarães (2006), apresenta algumas categorias com o objetivo de somente constituir um conjunto de noções que possibilitem uma caracterização do modo de funcionar das línguas, e como elas podem ser divididas num determinado espaço de enunciação:

- Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes.
- Língua alheia: é toda língua que não se dá como materna para os falantes de um espaço de enunciação.
- Língua Franca: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercuro comum.
- Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo.
- Língua oficial: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. (GUIMARÃES, 2006, p. 14)

Segundo Guimarães (2006), essa forma de distribuição nos permite organizar o espaço de enunciação brasileiro, identificando assim, o falante com nacionalidade que o determina, como por exemplo, num determinado espaço de enunciação, diversas línguas maternas e uma língua oficial, elas tomam seus falantes cada uma a seu modo.

3.3 DIVERSIDADES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O espaço de enunciação do português brasileiro tem suas particularidades. Nele funcionam o português, língua oficial e nacional, uma língua regularizada e institucionalizada, e também as línguas de imigração, indígenas e estrangeiras.

Podemos vislumbrar esse jogo pelo trajeto histórico - ideológico apresentados pelas autoras (MARIANI, 2004) e (ORLANDI, 2009) no capítulo anterior.

A história da relação entre o português europeu e o português brasileiro se constituiu atrelada a uma heterogeneidade linguística a qual é a característica principal do espaço de enunciação brasileiro.

Pelos nossos estudos, temos que o falante da língua portuguesa, não é um indivíduo marcado por um lugar social e que por isso fala uma variedade da língua. Segundo Guimarães (2006), esse modo de pensar a relação língua/falante é muito importante, pois distingui-se do modo como a diversidade lingüística é tratada pela sociolingüística variacionista em que se considera a língua variável de acordo com idade, grupo social, gênero, região, nível escolar, condições econômicas, entre outros, além da variação de estilo oral e escrito. E, na Lingüística Histórica em que se considera a mudança da língua ao longo do tempo.

No nosso modo de compreender a linguagem, numa perspectiva histórica-social e enunciativa consideramos que a língua portuguesa, assim como outras, é dividida e essa divisão é política. E, é desse modo, que pretendemos observar o funcionamento da língua portuguesa, mais especificamente como a divisão que se estabelece entre o português do Brasil e o português de Portugal se faz presente por meio dos falantes em um processo de designação do nome da língua a qual afirmam seu pertencimento.

A língua portuguesa é considerada a língua oficial do Estado, é a língua nacional, assim ela é institucionalizada, a escola, a gramática e o dicionário têm o papel de regulação dessa língua. Dessa forma, o Português é língua oficial do Brasil e a língua nacional do povo brasileiro. A distribuição desta língua para seus falantes dá ao português a característica de língua civilizada, em oposição às demais línguas que circulam nesse espaço.

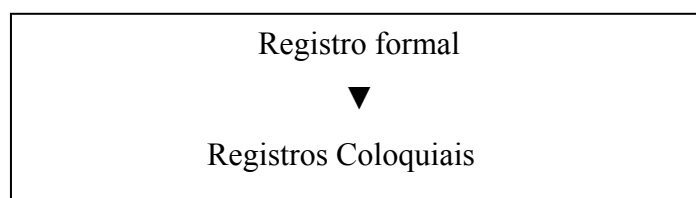
E para tratar questões linguísticas acerca da diversidade da língua brasileira, Guimarães (2006), ainda considera que há uma divisão vertical e uma divisão horizontal. A

divisão vertical produz uma distinção entre duas variedades da língua, que o autor denomina como registros: o registro formal e o registro coloquial, sendo este ainda subdividido em diversos modos. O primeiro é a língua dos documentos oficiais, dos textos, da mídia, da ciência, da literatura e de outros gêneros correlatados, e o segundo é a da língua praticada no dia a dia. Ainda podemos considerar, segundo as descrições em geral feitas pelos linguistas, duas subdivisões: a língua coloquial de pessoas de alta escolaridade e a língua coloquial de pessoas de pouca escolaridade.

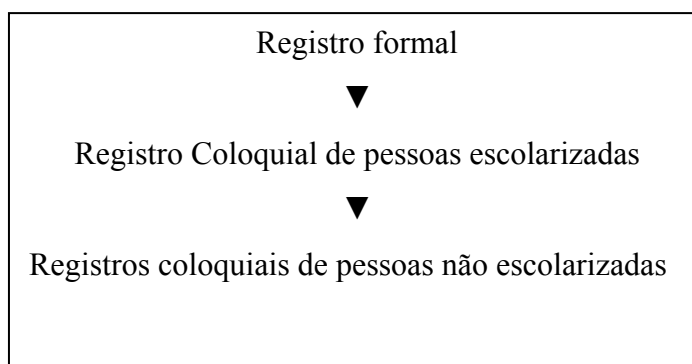
A divisão horizontal produz uma distinção entre variedades que são chamadas em geral de dialetos ou falares. Tal como apresentado por Antenor Nascentes nos anos 1920, os falares no Brasil poderiam ser classificados como segue: falar amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense, cuiabano entre outros.

Assim, temos um embate que se cruza a divisão vertical do português europeu como uma língua nacional institucionalizada e a divisão horizontal que é tido como o português mal falado o português das variedades.

Para Guimarães (2006), deve-se considerar que a divisão vertical é sempre afetada por uma relação hierarquizada. O autor explica que ela divide a língua de tal modo que suas divisões hierarquicamente mais baixas são qualificadas como não pertencendo à língua. O registro formal passa a ser normativamente considerado como sendo a língua, e as demais divisões da língua são significadas como erradas, ou seja, como fora da língua. A instrumentalização da língua, como gramáticas e dicionários, e as instituições reguladoras, como escola e mídia, têm nisso papel decisivo. Vejamos a representação no quadro a seguir em que Registro formal é apresentado como superior aos registros coloquiais:

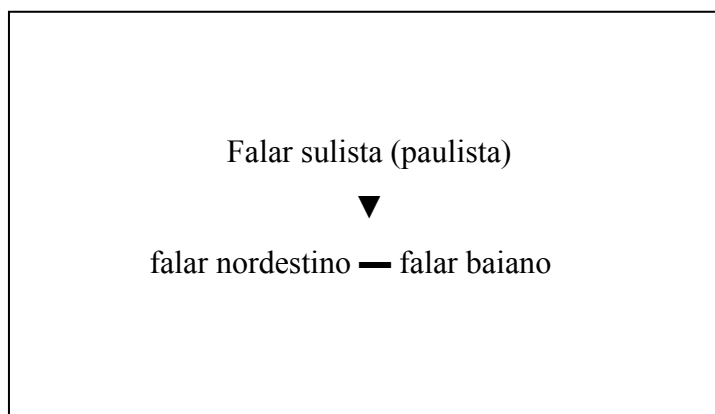


E as diversidades das línguas do cotidiano são hierarquizadas entre si, levando a uma valoração como vemos em que registro formal e registro coloquial de pessoas escolarizadas são considerados superiores aos registros coloquiais de pessoas não escolarizadas como mostra a ilustração a seguir.



Assim, se constitui socialmente a idéia do imaginário do que é certo e uma hierarquia de gravidade maior ou menor de erro. O registro formal é significado como correto e passa a ser tomado como a norma reguladora da língua, passa a ser ele mesmo a língua.

Por outro lado, Guimarães afirma que as divisões horizontais são também politicamente hierarquizadas entre si. E esta hierarquização se torna mais específica quando a divisão horizontal é atravessada pela divisão vertical. Ainda de acordo com o autor, certos falares regionais são significados só como línguas coloquiais, como temos o exemplo da cidade de São Paulo, especificamente a questão da relação dos falares do português que se dão aí em virtude da migração interna, como vemos na representação abaixo:



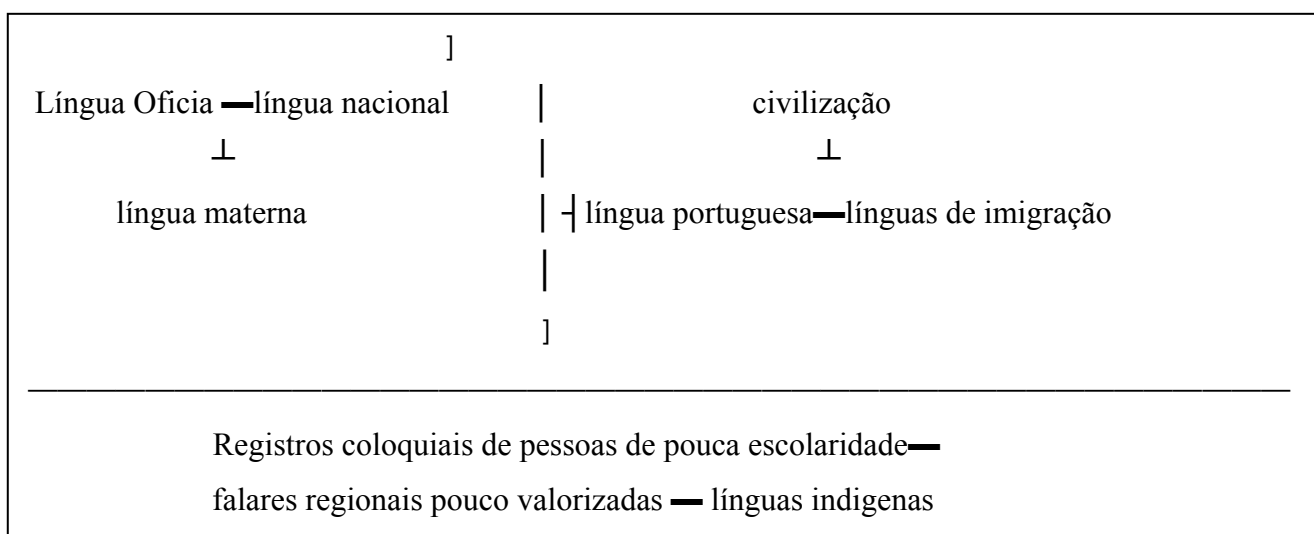
Para Guimarães (2006), esta configuração da hierarquização para o espaço de enunciação, tomando como ponto de observação as divisões da língua na cidade de São Paulo, se sustenta na observação do modo como, por exemplo, a Escola não aceita os diversos falares regionais corrigindo-os a partir do falar paulista. O autor ainda menciona outros exemplos de espacialização das línguas como o estado de Mato Grosso, Minas, Rio de Janeiro, como modo de evidenciar como a distinção escrito/oral se sobrepõe também à língua oficial/ língua nacional. Esta sobreposição identifica língua oficial e nacional como língua escrita. Identificando, ao mesmo tempo, língua oral como língua coloquial. (GUIMARES, 2006, p.21)

Assim, o registro formal da língua é identificado como língua escrita de uma fala regional privilegiado politicamente, que assim passa a ser visto como língua nacional de todos.

Guimarães ainda conclui que além das sobreposições que se estabelecem nesse espaço língua oficial/língua nacional/língua materna, acresce se a esta sobreposição uma outra, a do escrito sobre a língua do Estado(oficial) e deste modo, não resta nem as línguas indígenas , nem as divisões regionais do português e nem aos registros coloquiais “não cultos” a condição de língua materna para seus falantes enquanto brasileiros.

Como sabemos ao considerar a questão da língua portuguesa tal como se coloca no Brasil, o que não é predicado como civilizado é considerado primitivo como constatou o estudo de Guimarães(2000) a partir da constituição brasileira de 1946.

Dessa forma, o valor da civilização predica positivamente o registro formal dos falares prestigiados e o primitivo predica, por serem excluídas do que se considera civilizado, as divisões não prestigiadas do português e as línguas indígenas e africanas tal como são representadas pela a ilustração a seguir.



Tal estudo se faz importante a fim de observarmos a relação entre línguas e para a tomarmos como uma relação política, tal qual Guimarães (2005b), para quem o “sentido de político se define como um conflito entre uma divisão normativa desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. (GUIMARÃES, 2005b, p. 16)

As divisões verticais e horizontais se cruzam, bem como a divisão entre certo e errado estabelecida nas instituições, significando a língua portuguesa como a língua do registro formal escrito, que é significada como língua materna, nacional e oficial dos brasileiros. Com isso, os outros falares e divisões da língua portuguesa acabam sendo excluídos da língua portuguesa que é considerada como língua nacional.

Assim, tendo-se em vista que os falantes são constituídos nessa relação, tem-se o efeito de sentido de que se não se fala esse português, formal, culto, “não se fala a língua portuguesa”.

Guimarães (2006), propõe desfazer a sobreposição língua oficial=língua nacional=língua materna, e assim alterar este imaginário tornando possível tratar as línguas maternas (registros não cultos, falares regionais não prestigiados hoje, línguas indígenas etc.) de todos como línguas suas e, ao mesmo tempo, tornar possível desenvolver um

domínio de um registro específico de língua ligada a escrita e tomada como funcionamento específico da língua do estado oficial . Desse modo, não se opera no espaço de conceito de erro e não se separam os falantes de sua relação com a sua nacionalidade.

Sob essa perspectiva, podemos refletir sobre o modo de distribuição de línguas em espaços enunciativos, onde os falantes são sujeitos afetados pelo simbólico que se localizam em um tempo e em um espaço. Nesse sentido, os sujeitos são constituídos no acontecimento enunciativo, pois é neste que analisamos suas posições, os lugares de que falam, de que modo falam e o modo como seus dizeres os significam. No espaço de enunciação os falantes são determinados pelas línguas que falam, línguas essas que se dividem, redividem, se desfazem, transformam por uma disputa incessante. Essa divisão de línguas promove uma hierarquização das identidades desses falantes, há, portanto, uma distribuição desigual das línguas que dividem os falantes e por isso é que podemos perceber como eles, no espaço de enunciação em questão, estão identificados e como as línguas que estão inseridas nesse espaço os dividem. Para Guimarães (2005b):

Esta divisão é marcada por uma hierarquia de identidades, ou seja, esta divisão distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios dessa hierarquia. E aqui pode-se ver como a escola, entre outras instituições e instrumentos, é fundamental na configuração do nosso espaço enunciativo de uma língua nacional, no nosso caso o Português. Ou seja, a escola é fundamental no modo de dividir os falantes e sua relação com a língua. (GUIMARÃES, 2005b, p. 21)

Fazemos essas reflexões para compreendermos como se dá a relação dos falantes da língua portuguesa, por meio das divisões que se estabelecem em um determinado espaço de enunciação, ou seja, por meio dos agenciamentos⁵ enunciativos que funcionam no acontecimento.

Dessa forma, refletimos sobre a questão do imaginário de língua uma no Brasil, e o primeiro aspecto que devemos considerar é que o Português é a língua oficial do Estado brasileiro, e é, nesta medida, a língua nacional do Brasil. Ou seja, é elemento de identificação de sujeitos enquanto cidadãos do Estado. (GUIMARÃES, 2005b)

⁵ A noção de agenciamento da enunciação está para Guimarães a partir do que Deluze e Guattari(1980) colocam em Mille Plateaux, ao caracterizarem a enunciação a partir da conceituação que Ducrot (1972) faz dos atos ilocucionais. A diferença é que para Guimarães este agenciamento é político, ou seja, “não é que ele é coletivo, como um acordo de um grupo. Ele é para mim, afetado politicamente por se dar segundo os espaços de enunciação.” (GUIMARÃES, 2005, p. 23)

Mas falar português no Brasil é falar uma língua enquanto parte integrante de uma heterogeneidade linguística. Assim, instaura-se o político, uma divisão desigual do real.

Esse trabalho se inscreve em um estudo no interior de uma semântica de base enunciativa, Guimarães (2005) busca por meio de seus estudos, remontar o quadro semântico com base na história, no objeto e no sujeito, “Coloco-me deste modo, numa posição materialista, junto com aqueles que não tomam a linguagem como transparente, considerando que sua relação com o real é histórica”. (GUIMARÃES, 2005b, p. 5)

Dessa maneira, podemos dizer que Guimarães busca postular uma semântica que leve em consideração à análise do sentido da linguagem inscrita no estudo da enunciação, ou seja, do acontecimento do dizer.

Para esse estudo, tomamos a Semântica do Acontecimento a partir de Guimarães (2005b), como o aparato teórico-metodológico norteador de nossa pesquisa, visto que será por meio deste que conduziremos nossas análises, ao observar nosso objeto em uma relação entre línguas. Ao nos situarmos nesse conjunto acreditamos como Guimarães (2006), que a relação entre línguas é antiga, ou seja, desde a Antiguidade pode-se dizer que as línguas funcionam umas em relação às outras, e isso é uma das partes que constitui o seu funcionamento como histórico. Desse modo, entendemos relação entre línguas, como uma política de línguas, ou seja, o litígio e o conflito fazem parte do objeto que nos cabe ao falar de relação entre línguas.

Como se vê, nosso objeto são as relações das línguas e seu funcionamento. Em outras palavras, como funcionam as línguas tendo em vista que elas funcionam sempre em relação a outras, na medida em que funcionam em relação a seus falantes. (GUIMARÃES, 2006, p. 12)

Portanto, constata-se que as línguas em seu funcionamento sempre são afetadas por condições históricas específicas, que fazem com que as línguas sejam divididas e redivididas tornando-se historicamente outras. Ou se tornam outras línguas, como foi o ocorrido com o latim que determinou o surgimento das línguas latinas, dentre elas o português, ou se tornam outras sendo ainda a mesma língua, como é o caso do português de Portugal e o português do Brasil, que já não é mais a mesma língua exatamente porque dividiu suas formas, expressões e modos de dizer, de uma maneira não existente até um certo momento. O que nos leva a pensar sobre o espaço de enunciação como o lugar da

atribuição das línguas para seus falantes. E esta distribuição é sempre marcada por uma desigualdade politicamente construída, “Ou seja, a distribuição dessas línguas para seus falantes constitui uma hierarquia entre elas e atribui um sentido para esta hierarquia.” (GUIMARÃES, 2006, p. 14). Conseqüentemente, ao tomarmos o português-português e o português-brasileiro se relacionando e funcionando no espaço de enunciação do Brasil, como uma política de línguas, entendemos que é preciso retomar a memória, o tempo e a história em busca de compreender as divisões que aí se interpõe por meio do falante.

Dessa forma, acreditamos que o estudo e as análises que serão apresentadas a seguir possam contribuir para as pesquisas ligadas ao campo da ciência da linguagem.

CAPÍTULO IV ANÁLISES: LÍNGUA BRASILEIRA X LÍNGUA PORTUGUESA

Para as nossas análises destacamos o nosso *corpus*, o qual é constituído de entrevistas realizadas pelos alunos do curso de graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, datadas do ano de 2009, durante a disciplina de Políticas Linguísticas, ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. Soeli Maria Schreiber da Silva, com o intuito de desenvolver reflexões sobre a língua portuguesa, em um determinado espaço de enunciação.

A partir dos recortes que dissertam acerca da Língua Portuguesa falada hoje no Brasil, no espaço de enunciação em que falantes enunciam a cerca da língua portuguesa temos a configuração do locutor, que se caracteriza de acordo com Guimarães (2005b), como o lugar social que determina o falante, ou seja, o lugar social do dizer. O autor considera que o locutor não se dá como origem, ele é constituído como um lugar social. Esta representação de origem do dizer, na sua própria representação de unidade e de parâmetro do tempo se divide porque para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes). Ou seja, para o Locutor se representar como origem do que se enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor, e só enquanto ele se dá como origem social (locutor x), que ele se dá como locutor. Ou seja o locutor é díspare a si. “Sem esta disparidade não há enunciação.” (GUIMARÃES, 2005b, p. 24)

De acordo com Guimarães (2005b), podemos dizer que a cena enunciativa coloca também em jogo, além dos locutores, ou seja, do lugar social, lugares de dizer, que a partir do autor mencionado, chamaremos por enunciadores. Estes se apresentam como a representação da inexistência dos lugares sociais do locutor.

Desse modo, estes enunciadores, se posicionam na cena enunciativa, e nos espaços de enunciação por três formulações distintas, a de enunciador-individual, que se caracteriza por uma enunciação que se dá como independente da história, sobretudo, devido à representação de uma suposta individualidade a partir da qual se pode falar a de enunciador-genérico, que se constitui como o apagamento do lugar social, onde o que se diz é dito como aquilo que todos dizem e por último o enunciador-universal, que

se apresenta como não sendo social, ou seja, fora da história e acima dela, onde se diz sobre o mundo.

Tomaremos como dispositivo analítico para o nosso corpus o aporte teórico do Domínio Semântico de Determinação (DSD), de Guimarães, para explicar o procedimento de reescritura, levando em consideração, com o falante é tomado pela divisão do português/português e o português brasileiro.

Para Guimarães (2007a), a reescrituração é o procedimento pelo qual a enumeração de um texto rediz com insistência o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo, o autor ainda salienta que podemos identificar seis procedimentos de reescrituração: repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição, que se dá por sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e numeração.

O processo de reescrituração liga pontos de um texto com outros de um mesmo texto, e mesmo ponto de um texto com pontos de outro texto. Estou aqui me atentando às ligações no mesmo texto. Este processo, ao se dar, produz sentido na medida em que ao retomar alguma expressão faz que ela signifique de outro modo e o modo pelo qual o sentido se produz por estes procedimentos são variados. (GUIMARÃES, 2007a, p.14)

Embasados nessa teoria, elegemos aqui fazer uma descrição com base na textualidade, por meio da categoria analítica da reescrituração, tal qual Guimarães (2007), para vislumbrarmos o funcionamento da língua em um determinado espaço de enunciação ao dividir-se entre o português português e o português brasileiro.

Vejamos como Guimarães (2007a) apresenta o gráfico de DSD determinado por alguns sinais específicos: a) \vdash ou \dashv ou \top ou \perp (que significam determina); b) — (que significa sinonímia); c) _____ (que significa antonímia).

4.1 OS RECORTES

A seleção dos recortes abaixo representados foram realizadas de acordo com os nossos objetivos de trabalho, e com a posição teórica a qual nos filiamos. Tomamos da AD a noção de recorte tal como defini (ORLANDI, 1984). “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de

linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento de situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p.14).

Assim, a noção de recorte tem como característica uma unidade discursiva, ou seja, é um fato de linguagem construído por uma posição teórica, que leva em consideração a relação entre língua, história e ideologia remetida ao real, posição essa, tal como pretendemos traçar em nossas análises.

Cena I

L1. Você acha que você domina o português, que é a língua que você disse que fala?

L2. Não na verdade a gente fala um português... É abasileirado, como algumas pessoas falam né?

L2. A gente cria uma língua própria... Cada lugar cria uma língua própria, mais dominar o português, as regras certinha não.

Cena II

L1. O que é língua para você? E que língua você fala?

L2. Eu falo brasileiro [...]

L2. O português é muito fechado e ligado a preconceitos que o brasileiro não tem.

Cena III

L1. Que língua você considera falar?

L2. Considero falar Português [...]

L2. [...] Mais a gente gira em falar brasileiro, uma sub língua.

4.2 ANÁLISE CENA I

I.Transcrição

L1. Você acha que você domina o português, que é a língua que você disse que fala?

L2. Não na verdade a gente fala um português... É abrigado, como algumas pessoas falam né?

L2. A gente cria uma língua própria... Cada lugar cria uma língua própria, mais dominar o português, as regras certinhas não.

No enunciado acima, temos dois Locutores, que nomeamos (L). O locutor-entrevistador (L1) que ao questionar sobre a língua portuguesa é afetado por uma deontologia estabelecida pelo seu lugar social do dizer enquanto sujeito que fala de um lugar autorizado, de um lugar social de locutor enquanto locutor-entrevistador que disserta a cerca da língua portuguesa.

(L2) representado pelo locutor-falante da língua portuguesa que se configura num espaço de enunciação pela exclusão de qualquer outra língua, está diretamente regulada pela definição da Língua Portuguesa, como língua do estado brasileiro. Dessa forma os locutores falam enquanto constituídos como um lugar social de locutor:

- L1 Locutor - entrevistador
- L2 Falante do português
- L2 Falante do português

A partir desta divisão podemos dizer que há uma disparidade constitutiva do (L) e do (locutor -x), que sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa, no nosso caso, locutor-entrevistador que questiona a cerca da língua, enquanto afetado por uma deontologia e o locutor falante da língua portuguesa tomado em um determinado espaço de enunciação, assim há uma disparidade entre o presente do locutor e a temporalidade do acontecimento.

Os Locutores acima mencionados dividem-se em dois enunciadores, ou seja, dois lugares de dizer, nas três enunciações que vimos acima. Assim, por meio de nosso dispositivo analítico, podemos afirmar também que temos a presença de dois enunciadores, o enunciador-universal e o enunciador-genérico. O locutor-entrevistador, fala do lugar de dizer do enunciador-universal, ou seja, aquele que diz sobre o mundo, sem ser afetado pela história, já que diz sobre a língua portuguesa limitando-se a um questionamento acerca da mesma, somente. Em contrapartida (L2), o locutor-falante do

português se caracteriza como um enunciador-genérico, ou seja, que se mostra como dizendo com todos os outros: se mostra como o indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos, uma outra forma de se apresentar como independente da história. (GUIMARÃES, 2005b)

Sumariamente, esta afirmação decorre do fato que o locutor-falante do português não se apropria do seu dizer, como o faria um enunciador-individual, mas sim se aproxima dos dizeres que circulam constantemente no espaço de enunciação do Brasil, que tomamos aqui, como espaço de enunciação da cidade de São Carlos, localizada no interior do Estado de São Paulo. Esta configuração pode ser constatada, também ao observamos brevemente o uso da locução “a gente” utilizada pelo locutor-falante do português (L2), por exemplo: “Não na verdade a gente fala um português...”, assim como também, em “ a gente cria uma língua própria”, ao se apropriar da locução “a gente”, o enunciador se afasta do lugar de dizer individual, e se posiciona no lugar de dizer de um enunciador-genérico. Além da locução “a gente”, isto se evidencia, também, por meio do trecho a seguir, “É abasileirado, como algumas pessoas falam né?”, através da expressão “algumas pessoas”, vemos como o enunciador-genérico se aproxima do dizer corrente, assim como ao fazer uso da locução já citada.

A partir desta descrição da cena enunciativa, podemos agora focar nossa interpretação nos enunciados destacados pela mesma.

Orlandi (2002) considera que a língua brasileira significa em uma filiação de uma memória heterogênea:

[...] no sentido de que joga em nossa língua um fundo falso, em que o mesmo abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente histórico’ que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’: o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto, não são.[...] A nossa língua [brasileira] significa em uma filiação de memória heterogênea. (ORLANDI, 2002, p. 23)

Em nossas análises tomaremos essa questão como recortes da memória no presente do acontecimento, ou seja, no momento do dizer, como um memorável que recorta então, a história de colonização no ato da enunciação.

Nos enunciados visualizados nessa cena enunciativa, podemos perceber a divisão que se estabelece entre o português do Brasil e o português de Portugal. (L2), ao dizer sobre a língua portuguesa, em português-português e português-brasileiro, que para nós recorta uma parte da memória, ou seja, diz por um memorável que é atualizado no momento do dizer, ou seja, recorta uma parte de nossa história, o passado de país colonizado. Desse modo, (L2) ao fazer a seguinte afirmação: “Não na verdade a gente fala um português... É abasileirado, como algumas pessoas falam, né?”, podemos então dizer que (L2) recorta no presente do acontecimento enunciações que remetem ao nosso passado de colonização, mais especificamente, à colonização linguística, que temporaliza este acontecimento ao dizer que o português falado no Brasil, é “abasileirado”, ou seja, que carrega consigo, marcas de seu atual funcionamento, do português falado no espaço de enunciação do Brasil.

No enunciado de (L2) “A gente cria uma própria língua... Cada lugar cria uma língua própria, mais dominar o português, as regras certinha não.”, temos novamente (L2) dividindo a língua portuguesa entre o português-normatizado, e o português-não normatizado, já que vemos nesta enunciação que o falante divide a língua ao dizer que há um português normatizado, ou seja, o português das “regras certinhas”, e o português não institucionalizado, que “Cada lugar cria”. Todavia, entendemos que será de extrema importância para nosso trabalho realizar uma análise com base na textualidade a partir de Guimarães (2007a) para que possamos entrever aquilo que mobiliza esta divisão, que como veremos neste trecho aproximará o português-português do padrão, normatizado e o português-brasileiro, como o não padrão. Para isso a seguir trabalharemos com a análise da designação da palavra “português”. Neste momento retomaremos o enunciado de (L1) que busca manter o imaginário de língua una, ao dizer “o português”, “Você acha que você domina o português, que é a língua que você disse que fala?”, como vimos no enunciado anterior, (L1), fala do lugar de um enunciadador-universal, que se mantém a margem de sua posição individual, ao dizer do lugar social de locutor-entrevistador, que busca apagar a história.

Para retomarmos nossa primeira cena, a descreveremos novamente a seguir:

L1. Você acha que você domina o português, que é a língua que você disse que fala?

L2. Não na verdade a gente fala um português... É abasileirado, como algumas pessoas falam né?

L2. A gente cria uma língua própria... Cada lugar cria uma língua própria, mais dominar o português, as regras certinhas não.

Neste momento da análise, como já foi dito, trabalharemos com a reescrituração a partir de Guimarães (2007a), para isso tomaremos como centro a reescrituração da palavra “português”, para tentar refletir como esta produz outros sentidos que são produzidos no mesmo texto, ao ser reescrita durante a construção do mesmo.

Para dar início a esta análise tomaremos como ponto de partida o enunciado proferido por L1, ao dizer que “Você acha que domina o português, que é a língua que você disse que fala?”. Ao olharmos para esse enunciado com o olhar de analista, podemos dizer que “o português” é reescrito por substituição por “a língua”, ambos acompanham artigos definidos, que buscam limitar as palavras descritas acima, como unidade, ou seja, um único português, uma única língua “portuguesa”, que pode e deve ser articulada à “que você disse que fala?”, expressão que levará como veremos a seguir, às contestações de L2.

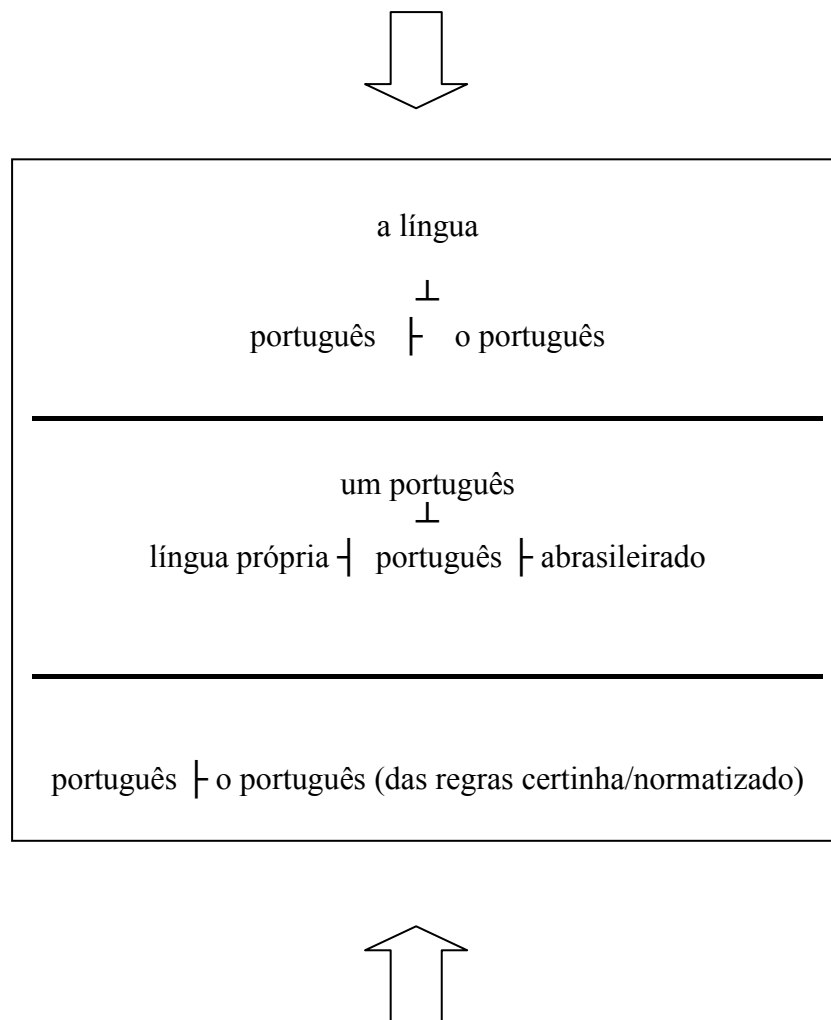
No primeiro enunciado de (L2), “Não na verdade a gente fala um português... É abasileirado, como algumas pessoas falam né?”, vemos o processo de reescrituração da palavra “o português”, sendo reescrito novamente, e produzindo desse modo, novos outros sentidos, ou seja, de acordo com Guimarães (2007a), modos diversos de redizer o dito que tem a ver com a própria produção de sentido. Neste enunciado temos a reescrituração por substituição de “o português” por “um português”, nesse caso vemos português sendo predicado pelo artigo indefinido “um” que nos leva a crer desse modo, que o falante dá início, então, a divisão da língua portuguesa. Portanto, de acordo com (L2) há “um português” que é o português que é falado pelo mesmo, que mais adiante vai reescrever “um português”, por “abasileirado”, por substituição. Podemos concluir a análise desse enunciado, ao dizer que, diferente de L1 que busca uma unidade ao dizer “o português”, “a língua”, (L2) enquanto falante diz um português” e “abasileirado”, ou seja, (L2) relata que fala um português que tem por característica ser “abasileirado”, desse modo, vemos o falante dividir a língua portuguesa, ao falar sobre a mesma.

No segundo enunciado de (L2), “A gente cria uma língua própria... Cada lugar cria uma língua própria, mais dominar o português, as regras certinha não.” Vemos novamente, “o português” sendo reescrito. Neste momento temos neste enunciado uma nova divisão do português, já que o falante ao enunciar, reescreve “o português”, por “uma língua própria”, que retoma “abasileirado”, o português falado no Brasil é

caracterizado pelo falante como “uma língua própria”, criada e falada no Brasil, um português “abrasileirado”. No entanto, neste mesmo enunciado temos o mesmo falante que dividiu a língua, a redividindo, “mais dominar o português, as regras certinha não”, pois ao dizer “o português”, o falante recorta um imaginário de língua una, contrário a divisão do português posta pelo mesmo anteriormente, ao dizer “um português”, “que cada lugar cria”, “abrasileirado”. Vemos então o processo de reescrituração nos mostrando o falante dividindo a língua produzindo uma antonímia. Logo a seguir, no mesmo enunciado, temos “o português”, sendo articulado às “as regras certinhas”, o que nos leva a concluir que o falante ao dizer sobre a língua portuguesa a divide e redivide, sumariamente, entre o português falado no Brasil, “abrasileirado” sobre as determinações do espaço de enunciação brasileiro, e o português do imaginário de língua una, ou seja, aquele que recorta o falante um memorável do português de Portugal, do português institucionalizado, do português normatizado. Logo, conclui-se que o falante adota uma posição de pertencimento ao português abrasileirado, criado no Brasil, mas se afasta e diz não pertencer ao português do imaginário de língua una, das regras, normatizado, trazido pelo colonizador ao espaço de enunciação brasileiro.

Para melhor identificarmos esse processo, finalizaremos nossa análise com um Domínio Semântico de Determinação (DSD) da palavra “português”, com base nos enunciados descritos.

Figura 01 – Diagrama (DSD), referente à análise de dados da Cena I
Enunciado de L1 (imaginário de língua una)



Enunciados de L2 (divisão e redivisão da língua portuguesa)

4.3 ANÁLISE CENA II

Transcrição

L1. O que é língua para você? E que língua você fala?

L2. Eu falo brasileiro;

L2. O português é muito fechado e ligado a preconceitos que o brasileiro não tem [...]

Nessa cena há dois locutores predicados por um Lugar Social e o Lugar do Dizer. O enunciado, proferido por (L1) (locutor-entrevistador) que fala de um lugar social de entrevistador, enquanto afetado por uma deontologia ao discorrer sobre a língua portuguesa e (L2) (locutor falante da língua portuguesa) que se configura num espaço de enunciação pela exclusão de qualquer outra língua, está diretamente regulada pela definição da Língua Portuguesa, como língua do estado brasileiro. Dessa forma os locutores falam enquanto constituídos como um lugar social de locutor.

- L1 Entrevistador
- L2 Falante do português
- L2 Falante do português

Uma vez estabelecido o lugar social enquanto Locutor, vejamos como se dá os modos de dizer proferido por (L1) enquanto locutor-entrevistador fala de um lugar de enunciador-universal, ou seja, aquele que diz sobre o mundo, sem ser afetado pela história, já que diz sobre a língua portuguesa limitando-se a um questionamento acerca da mesma, somente. Já (L2), locutor-falante do português, se caracteriza como um enunciador- genérico (se mostra como dizendo com todos os outros: se mostra como o indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos, uma outra forma de se apresentar como independente da história).

O enunciado de (L1) “E que língua você fala?” já estabelece um embate ao dividir língua, ao fazer uso do pronome interrogativo que, sinônimo do pronome “qual” língua você fala, considerando assim, não existir uma unicidade da língua. No segundo enunciado de (L2) “Eu falo brasileiro”, vemos o processo de reescrituração da palavra “língua”, por “brasileiro”. Neste enunciado temos a reescrituração por substituição de “língua” por “brasileiro”, nesse caso vemos (L2) afirmar o seu pertencimento ao português brasileiro ao fazer uso do pronome pessoal “Eu”, que nos leva a crer desse modo, que o falante dá início, então, a divisão da língua portuguesa. Portanto, de acordo com (L2) há “um português brasileiro” que é o português que é falado pelo mesmo. “Podemos concluir a análise desse enunciado, ao dizer que, diferente de (L1) (Cena I), que ao proferir o enunciado, busca uma unidade ao dizer “o português”, “ a língua”,

(L1) (Cena 2) ao dizer “ E que língua você fala?” Já não remete a língua a uma unicidade”. Assim ao dividir a língua utilizando se pronome interrogativo “que”, (L2) relata que fala brasileiro, que tem por característica ser “o português sem preconceito”, desse modo, vemos o falante estabelecendo uma divisão da língua, ao falar sobre a mesma, tal qual como vimos na Cena I.

No segundo enunciado de (L2), “O português é muito fechado e ligado a preconceitos que o brasileiro não tem”. Vemos novamente, a palavra língua sendo substituída pela palavra português no caso sendo articulada ao português de Portugal, que é considerado o português fechado, o português que não aceita variações, como o brasileiro. Neste momento temos neste enunciado uma divisão do português, já que o falante ao enunciar, reescreve “o português”, por “português fechado”, que retoma “o português das regras”, o português falado no Brasil é caracterizado pelo falante como “brasileiro”, que é o português sujeito à variações. Podemos então dizer que o falante recorta no presente do acontecimento enunciações que remetem a um processo cultural, histórico e social. A ideologia da colonização ainda se faz presente, como podemos notar no enunciado de (L2) ao considerar o brasileiro como uma língua sujeita à variações, que segundo Orlandi (2009), devemos tratar como diferenças. A autora propõe uma reflexão sobre a situação da diversidade linguística com que se apresentam hoje os países de colonização portuguesa. “Ao invés de trabalharmos um imaginário de unidade linguística que é herança da colonização, elaboremos nossas próprias diferenças concretas no sentido de enriquecermos nossas relações e nos reforçarmos em nosso processo de descolonização”. (ORLANDI, 2009, p.179)

Lembramos aqui o processo de descolonização apresentado por Orlandi (2009), redefinindo assim, a palavra lusofonia que preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização. O processo de descolonização evidencia nossa unidade em nossas diferenças: históricas, linguísticas, culturais, sociais, nacionais e de relações internacionais.

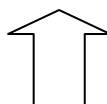
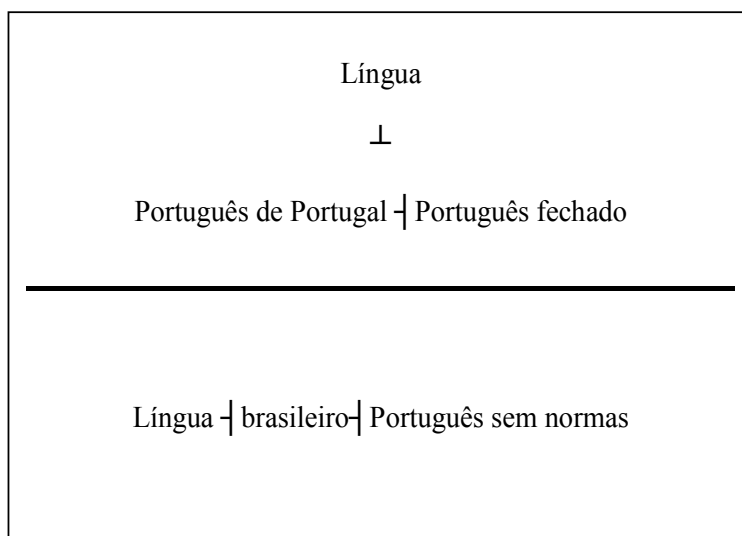
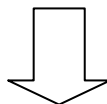
Assim, na nossa cena, vemos o “português de Portugal”, sendo articulado às “as regras”, o português fechado, que nos leva a concluir que o falante ao dizer sobre a língua portuguesa a divide, entre o português falado no Brasil, “brasileiro”, e o português do imaginário de língua una, ou seja, aquele que recorta o falante um memorável do português de Portugal, do português institucionalizado, do português normatizado.

(L2) ao pronunciar “Eu” falo brasileiro “[...] afirma seu pertencimento a uma suposta língua brasileira, mas ao mesmo tempo estabelece uma divisão entre o português brasileiro e o português de Portugal” o português é muito fechado e ligado a preconceitos que o brasileiro não tem”.

Para melhor identificarmos esse processo, finalizaremos nossa análise com um Domínio Semântico de Determinação (DSD) da palavra “português”, com base nos enunciados descritos.

Figura 2-Diagrama (DSD), referente à análise de dados da Cena II.

Enunciado de L1 (divisão da língua portuguesa)



Enunciados de L2 (divisão da língua portuguesa)

4.4 ANÁLISE CENA III

Transcrição:

L1. Que língua você considera falar ?

L2. Considero falar Português [...]

L2.[...]ais a gente gira em falar brasileiro, uma sub língua.

Nessa cena há dois locutores predicados por um Lugar Social e o Lugar do Dizer, como já analisamos nas cenas apresentadas. O enunciado, proferido por (L1) (locutor-entrevistador) que fala de um lugar social, enquanto afetado por uma deontologia ao discorrer sobre a língua portuguesa e (L2) (locutor-falante da língua portuguesa) que se configura num espaço de enunciação pela exclusão de qualquer outra língua, está diretamente regulada pela definição da Língua Portuguesa, como língua do estado brasileiro. Dessa forma os locutores falam enquanto constituídos como um lugar social de locutor:

- L1 Entrevistador
- L2 Falante do português
- L2 Falante do português

Agora tomamos as posições dos locutores enquanto predicados por lugares do dizer, como (L1) ocupa o lugar de enunciador-universal, ou seja, aquele que diz sobre o mundo, sem ser afetado pela história, já que diz sobre a língua portuguesa limitando-se a um questionamento acerca da mesma, somente. Em contrapartida (L2), locutor-falante do português que se caracteriza como um enunciador - genérico, como já vimos nas cenas analisadas.

No enunciado “Que língua você considera falar?”, podemos dizer que (L1) (Cena III) como (L1) (Cena II, já estabelece uma divisão da língua ao fazer uso do pronome interrogativo “Que”, dessa forma já remete a não unicidade da língua).

No primeiro enunciado de L2, (locutor-falante do português) enunciador individual, “Considero falar português, vemos novamente o processo de reescrituração, a palavra “língua”, é substituída pela palavra “português”. Neste enunciado temos a

reescrituração por substituição da palavra “língua” pela palavra “português”, nesse caso vemos português sendo recortado pelo imaginário de língua una.

No segundo enunciado L2 “[...] mais a gente gira em falar brasileiro, uma sub língua”, vemos o falante dividir a língua, ao falar sobre a mesma, ainda ao fazer uso do prefixo sub, designa assim o “brasileiro”, como uma língua inferior de substituição, de aproximação, que nos remete a obra de (Orlandi 2009), a cerca de questões que discorrem sobre a língua brasileira.

E, na ambiguidade da memória, em que ressoam ecos da colonização, inclusive professores deslizam para a representação de que a língua verdadeira, pura é a língua portuguesa de Portugal e o brasileiro é um português mal falado. (ORLANDI, 2009, p.177)

Desse modo, ao analisarmos o segundo enunciado proferido por (L2), podemos notar que o falante estabelece uma divisão da língua, já que o falante ao enunciar, reescreve “língua,” por “brasileiro” e “uma sub língua.”. Assim, no primeiro enunciado proferido por (L2) temos o português, sendo articulada ao “português de Portugal”.

(L2), Afirma o seu pertencimento ao português de Portugal, mas se afasta ao estabelecer uma divisão ao pronunciar “a gente” gira em falar brasileiro uma sub-língua.

Notamos que no segundo enunciado de (L2) temos a língua que é retomada, ou seja, predicada por brasileiro e uma sub-língua, dessa forma sendo articulado ao português mal falado.

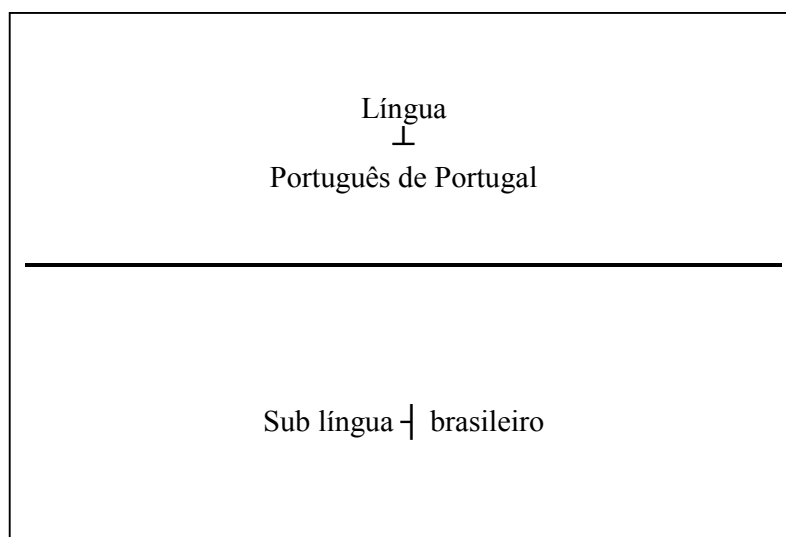
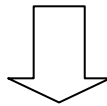
Já no primeiro enunciado de (L2) “o português”, é articulado ao “memorável de colonização” o português de Portugal, o que nos leva a concluir que o falante divide a língua ao considerar que fala português, mas o mesmo estabelece uma divisão da língua “o brasileiro”, “uma sub língua”.

Assim, o falante está dividido entre o português de Portugal do imaginário de língua una, ou seja, aquele que recorta um memorável, da colonização e o brasileiro uma sub língua, que é tida como uma língua inferior, uma língua que é mal falada.

Para melhor identificarmos esse processo, finalizaremos nossa análise com um Domínio Semântico de Determinação (DSD) da palavra “português”, com base nos enunciados descritos.

Figura 03 – Diagrama (DSD), referente à análise de dados da Cena III

Enunciado de L1 (divisão da língua)



Enunciados de L2 (divisão da língua portuguesa)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando tomamos a nossa língua enquanto elemento simbólico em um trajeto sócio-histórico numa perspectiva política e enunciativa da linguagem faz se necessário situarmos e explicitarmos no que tange a inscrição teórica, a qual percorremos, para compreendermos o processo de sua historicização, até chegarmos ao dispositivo analítico o qual nos proporcionou uma visão frente à relação do falante com sua língua, ou aqui a relação do *brasileiro* com sua língua.

O retorno à Saussure, na visada de alguns teóricos e em especial do semanticista Guimarães (2005a) nos proporcionou uma releitura dos conceitos suscitados no Curso de Linguística Geral, atentando para as suas postulações teóricas e principalmente à dicotomia *langue/parole* e o corte epistemológico que se estabeleceu com a exclusão do sujeito do mundo e da história, elementos com os quais operamos numa linha de natureza semântica.

Já o estudo realizado pela autora Mariani (2004) e o autor Dias (1996) nos mostrou como a expressão *língua portuguesa* no Brasil, corresponde a uma noção historicizada pela colonização linguística, e também os efeitos políticos ideológicos constituintes de uma memória na institucionalização de uma língua nacional.

Orlandi(2009) propõe o conceito de descolonização, pensando a língua tal como se coloca essa questão no Brasil, enquanto uma unidade, não mais nos remetendo ao passado como referência, mas sim, ao presente, com as nossas diferenças e como elas se organizam.

E, através de todo esse processo político ideológico onde as línguas se constituem, pudemos pensar na situação de conflitos de sentidos e políticas linguísticas que circundam em torno das questões no que diz respeito à história da nossa língua enquanto uma língua *brasileira*.

A memória institucionalizada da língua portuguesa no Brasil, advinda de um processo vinculado a um imaginário de unidade, herança de uma colonização está atrelada a uma heterogeneidade linguística, assim o falante está sempre numa disjunção obrigada que é imposta pelo cruzamento de duas histórias entre Brasil e Portugal.

Para as nossas análises fizemos uso do dispositivo analítico do DSD, desenvolvido pelo semanticista Guimarães. O (DSD) Domínio Semântico de

Determinação, da palavra “português” nos possibilitou, pensarmos a relação de sentido juntamente com o acontecimento que a constitui, pelo processo da reescrituração .

Assim, por meio dos falantes vimos a palavra "português", significar e resignificar em um processo de atribuição de sentidos da língua portuguesa.

Os falantes ao dizerem sobre a língua portuguesa são afetados pela divisão que se estabelece entre o português falado no Brasil, “abrasileirado” sobre as determinações do espaço de enunciação brasileiro, e o português do imaginário de língua una, ou seja, aquele que recorta o falante um memorável do português de Portugal, ou seja, do memorável de colonização. Dessa forma, ele adota uma posição de pertencimento ao português abrasileirado, criado no Brasil, mas ao mesmo tempo afasta-se ao ser afetado pela divisão que se estabelece entre o português do Brasil e o português de Portugal.

Evidenciamos em nossas análises que os falantes se encontram divididos a partir de uma relação com a história de colonização que no acontecimento de linguagem, significa a partir do recorte de memorável e estes falantes ao dizerem sobre sua língua se vêm numa nebulosa ao tentarem nomear a língua a qual afirmam seu pertencimento.

O português do imaginário de língua una, das regras, normatizado, trazido pelo colonizador ao espaço de enunciação brasileiro, é identificado nas três cenas visualizadas, podemos dizer que tal ocorrência se faz presente em decorrência de um memorável, ou seja, o memorável que recorta enunciações da história de colonização, que se dá pela divisão estabelecida por L2, ao dizerem sobre a língua portuguesa, em português português e português-brasileiro, que para nós é uma parte da memória, ou seja, diz por um memorável que é atualizado no momento do dizer, dessa forma, é recortada parte de nossa história, o passado de país colonizado.

Nessa contradição das línguas estabelecemos uma relação com a divisão que Orlandi (2009) distingue entre língua fluida (o brasileiro) e a língua imaginária (o português), o conflito entre a língua imaginária, aquela descrita nos livros de gramática, e a língua fluida, usada pelos falantes no dia a dia.

Portanto, temos uma língua gramatizada e normatizada imposta pelas instituições educacionais, uma língua uma herança de uma colonização da língua portuguesa. E a língua “brasileira”, que está sujeita á variação a constante mutação. A língua imaginária impõe coerções, paradigmas e controla o uso. Ela não aceita qualquer fato da língua em qualquer situação.

Nesta pesquisa pensamos o modo como se dá a distribuição de línguas em um determinado espaço de enunciação, em que os falantes são sujeitos afetados pelo simbólico que se localizam em um tempo e em um espaço. Nesse sentido, os sujeitos são constituídos no Acontecimento enunciativo, pois é neste que analisamos suas posições, os lugares de que falam, de que modo falam e o modo como seus dizeres os significam, levando em consideração, mais especificamente a divisão entre o português do Brasil e o português de Portugal.

Ainda no espaço de enunciação da língua portuguesa, há outras divisões que o caracterizam, e, para ilustrarmos essa questão destacamos o recorte a seguir.

L1.*Que língua você fala?*

L2.*Português piracicabano*

L1.*Onde você aprendeu essa língua?*

L2.*Foi na minha cidade.*

Para analisar essa questão temos as divisões verticais e horizontais. Essas divisões cruzam-se bem como a divisão entre certo e errado estabelecida nas instituições, significando a língua portuguesa como a língua do registro formal escrito, que é significada como língua materna, nacional e oficial dos brasileiros. Com isso, os outros falares e divisões da língua portuguesa acabam sendo excluídos da língua portuguesa que é considerada como língua nacional.

Assim, tendo-se em vista que os falantes são constituídos nessa relação, tem-se o efeito de sentido de que se não se fala esse português, formal, culto, fala-se o *brasileiro* considerado como uma língua mal falada.

Guimarães (2006) propõe desfazer essa sobreposição língua oficial=língua nacional=língua materna, e assim alterar este imaginário tornando possível tratar as línguas maternas de todos como línguas suas e, ao mesmo tempo, tornar possível desenvolver um domínio de um registro específico de língua ligada a escrita e tomada como funcionamento específico da língua do estado oficial. Desse modo, não se opera no espaço de conceito de erro e não se separam os falantes de sua relação com a sua nacionalidade.

No recorte apresentado, a língua é dividida em falares, ou seja, está regulada pelo fato em que há regiões e essa região se faz pelo falar piracicabano.

A distribuição desses falares aos falantes, é uma distribuição política, pois se dá de modo desigual, hierarquizado. Assim, o falar paulista é significado historicamente em seu funcionamento nessa escala hierárquica como superior aos outros falares como, por exemplo, o falar piracibano.

Essa é uma divisão que também caracteriza o espaço de enunciação da língua portuguesa no Brasil, mas nos aprofundaremos nessa questão em um outro momento de pesquisa.

Aqui pensamos a questão do nome da língua que se fala no Brasil e apesar de ser uma discussão que se interpõe em momentos diferentes da nossa história ainda continua atrelada à nossa realidade produzindo efeitos e sentidos distintos na relação do *brasileiro* com sua língua.

Assim, o trabalho que fizemos analisando as cenas enunciativas ao observarmos falantes que enunciam sobre sua língua nos permitiu constatar que sessenta e cinco anos após a definição do nome *Língua portuguesa* pelo congresso nacional, a história de colonização ainda produz ecos ainda há um titubear do falante ao nomear a língua a qual afirma o seu pertencimento.

Muitos estudos são realizados acerca do nome da língua tal como essa questão se coloca no Brasil, mas o ponto interessante que nos propiciou o nosso *corpus* foi observarmos como os falantes enunciam sobre sua língua.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Silvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades enunciativas. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19, p. 25-27. Campinas: Unicamp, 1990.
- _____. **Palavras incertas** – As não coincidências do dizer. Campinas: Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V) . *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BENVENISTE, Emilie. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- BOUQUET, S. **Introdução à leitura de Saussure**. Tradução de Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Unicamp, 2004.
- BRÉAL, M. *Ensaio de Semântica*. Campinas, Pontes/Educ, 1992.
- CRUZ, M. A. A filologia saussuriana: debates contemporâneos. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 53, n. 1, 2009.
- DUCROT, O. **O Dizer e o Dito**. Campinas, Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, E. & ORLANDI, E. P. (Org.). *Língua e cidadania*. O português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- GUIMARÃES, E. **História da Semântica**. Sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2005b.
- _____. **Os Limites do Sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 2005a.
- _____. **Acontecimento e Argumentação**". In *Texto e Argumentação: Um Estudo das Conjunções do Português*. Campinas, Pontes: 2007b.
- _____. **Domínio Semântico de Determinação**". In: *A Palavra: Forma e Sentido*, M.C. Mollica e E. Guimarães (orgs.). Campinas, SP: Pontes.2007a.

MARIANI, Bethânia. **Colonização Linguística**. Língua, Política e Religião no Brasil. (Séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII). Campinas, SP: Pontes 2004.

ORLANDI, E. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Linguística: Questões e Controvérsias**. Série Estudos, número 10, Uberaba, Fiube, 1984.

_____. **As Formas do Silêncio**. Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

_____. **Processo de descolonização linguística e lusofonias**. In. **Revista Linguística e Instrumentos linguísticos**. n.19. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil processo de descolonização linguística e lusofonias**. Campinas, SP: RG, 2009.

NORMAND, Claudine. Saussure, São Paulo, SP, Estação Liberdade, 2009.

OLIVEIRA, S. E. & Santos, J, Mosaico de Linguagens. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PIOVEZANI, C. Saussure e o Discurso. O Curso de linguística geral lido pela análise do discurso. Analysis. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 52, n.1, p.7-20, 2008.

RANCIÈRE, J. (1992). Os Nomes da História. Campinas, Pontes: 1994.

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 6
1 - p. 69-84 - jan./jun. 2010. "Texto Heterogeneidade e enunciação: um exame do
dicionário Sheila Elias de Oliveira

Revista Ciência e Cultura Print ISSN 0009-6725 **Cienc. Cult. vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005 Artigo Língua brasileira, ORLANDI.**

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo. Cultrix, 2006.

SCHREIBER, S,S. Argumentação e Interdiscursividade: o sentido do como se na lei e na jurisprudência – o caso do concubinato. São Carlos, SP: Editora da UFSCar, 1999.

ANEXOS

Anexo I

UFSCar- Universidade Federal de São Carlos
DL- Curso: Lingüística
Políticas Lingüísticas
Letícia Moreira Clores

Entrevista
Adriana Clores –38 anos

Qual é o português que você fala ou acha que fala?

Eu falo o português mais ou menos correto, aquele que todos nós sabemos e usamos no nosso dia a dia, o português falado no Brasil.

Você acha que você domina o português, que é a língua que você disse que fala?

Não na verdade a gente fala um português... É abasileirado, como algumas pessoas falam né? A gente cria uma língua própria... Cada lugar cria uma língua própria, mais dominar o português, as regras certinha não. Acho que é assim...

Gustavo Ferreira- 23 anos.

Qual é o português que você fala ou acha que fala?

Eu falo o português normal... que todos falam no Brasil.

Você acha que você domina o português, que é a língua que você disse que fala?

Hum...Tenho a consciência de que muitas vezes uso palavras que não sei bem oque significam e acho até que o modo como falamos depende do local e da pessoa com quem falamos (formal e informal)

Anexo II

UFSCar- Universidade Federal de São Carlos
DL- Curso: Lingüística
Políticas Lingüísticas
Pâmela da Silva Rosin

Entrevista

Nome: Bruno Fernandes Bezo
Idade: 18 anos
Profissão: Estudante de medicina

1) O que é língua para você? E que língua você fala?

A língua é o conjunto de estruturas culturais, textuais e literárias que são intrínsecas a uma sociedade/grupo. Eu falo brasileiro; português é muito fechado e ligado a preconceitos que o brasileiro não tem.

2) Que português (brasileiro) você fala? O que está contido nas gramáticas ou do dia a dia?

Eu falo o português do dia a dia, formalismo às vezes dificulta mais do que facilita.

3) O que você acha da linguagem das outras regiões?

Eu acho que a linguagem cheia de regionalismos, é um jeito bem simples e rico de mostrar as peculiaridades de cada região, de inserir suas culturas e de mostrar o valor que cada um tem, mesmo expresso de um jeitinho diferente.

4) Em poucas palavras, descreva a importância das línguas.

As línguas são importantes por sintetizar os costumes, raízes e hábitos de uma sociedade.

Anexo III

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar)

Análise da pesquisa de campo



Aluna: Bárbara Ormanezi de Souza R.A.: 359327
Professora/orientadora: Soeli Maria Schreiber da Silva
Bacharelado em Linguística



Relações Cotidianas Enunciativas

Analisarei essas relações a partir da análise da pesquisa de campo feita por estudantes de culturas e regiões diferentes que convivem em uma mesma moradia na cidade de São Carlos – SP.

Através das categorias:

Relações Cotidianas

- ❖ Língua Materna
- ❖ Língua Alheia
- ❖ Língua Franca

Língua materna: Em um determinado espaço de enunciação, a língua é determinada através de seus falantes, quando há essa praticidade imposta pela sociedade, a língua se apresenta como sendo a primeira pelos seus falantes. Como por exemplo: variação dialetal, barbarismos, modismos, gírias, etc., essas características impostas pela sociedade determina como será sua língua materna.

Relacionando esse tópico na pesquisa de campo:

Entrevistado: Renan Jesus.

Local de nascimento: Piracicaba – SP.

Pergunta: Que língua você fala?

Renan: Português Piracicabano.

Pergunta: Onde você aprendeu essa língua?

Renan: Foi na minha cidade.

Pergunta: Como você vê a língua que você fala? Se é culta, diferente, errada...

Renan: Não é errada nem culta, mas com certeza diferente.

Pergunta: A língua que você falava antes de morar aqui é a mesma que você fala hoje?

Renan: A língua é a mesma, mas quando eu cheguei conheci gírias que foram atribuídas ao meu vocabulário.

Língua Alheia: Podemos considerar como língua alheia toda língua que não se dá como materna, para as pessoas que as falam em um determinado espaço enunciativo. Como por exemplo: O Português de Portugal para nós, indivíduos falantes, não são o mesmo falado no Brasil ou até mesmo para nós moradores da cidade de São Carlos. Essa língua imposta não é a nossa língua materna e sim uma Língua Alheia. Outro exemplo a se considerar são as línguas indígenas.

Relacionando esse tópico com a pesquisa de campo:

Entrevistado: Cláudio

Local de nascimento: Belém do Pará – PA

Pergunta: Que língua você considera falar?

Cláudio: Considero falar Português (relacionando indiretamente com o Português de Portugal e não o Brasileiro), esse negócio de falar piracicabano não existe não. Não é válido isso ae. Português eu acho que tudo começou a matriz em Portugal, então foi isso: a gente foi colônia de lá, foi só uma adaptação que a gente sofreu, mais a gente gira em falar brasileiro, uma sub-língua.

Pergunta: Então, a nomeação da língua poderia ser “brasileira” e não “portuguesa”?

Cláudio: Não, eu acho que é uma adaptação, não sei, é o Português.

Língua Franca: Dá-se na praticidade de grupos falantes de línguas maternas diferentes. Como por exemplo: um inglês e um brasileiro vão para Portugal, lá os dois praticam a mesma língua e com o tempo adquirem a forma de falar daquele país, sendo assim sua língua franca é a mesma.

Continuando com o mesmo entrevistado do tópico anterior:

Pergunta: Mas você acha que essa língua tem características de Portugal?

Cláudio: Sim, mas eu acho que isso é natural, pra gente aprender, é... Na Inglaterra o Inglês é diferente do Inglês falado nos Estados Unidos, né? O Inglês é diferente dos países que falam Inglês na África, totalmente diferente né? Você não pode falar numa outra língua, não.

Essas são Relações Cotidianas, no espaço de enunciação que é o modo de distribuir as línguas em questão, em relação a estas distribuições que são sempre marcadas por desigualdades politicamente construídas, ou seja, há sempre uma hierarquia entre elas e um sentido para tal. Cada falante tem o seu modo de constituir essa relação.

Dominação como valor

As diversas línguas do cotidiano são hierarquizadas entre si, obtendo-se a dominação como valor.

Como por exemplo nas etapas de registros coloquiais e formais ocorre da seguinte forma:

- ❖ Registros coloquiais de pessoas não escolarizadas
- ❖ Registros coloquiais de pessoas escolarizadas
- ❖ Registro formal

Registros coloquiais de pessoas não escolarizadas:

Relacionado esse tópico com a pesquisa de campo:

Entrevistado: Ricardo

Local de nascimento: Belém do Pará – PA

Pergunta: E você acha que dentro do Brasil existe alguma língua ideal? Uma vez que...Desprezando essa margem de escolaridade, que não tiveram as mesmas oportunidades, você acha que exista alguma língua ideal dentro do Brasil?

Ricardo: Não, nesse sentido não, eu acho que cada região coloca a língua do seu jeito, né. O jeito que foi influenciado por outros povos, sei lá, por quem veio. Não tem uma língua ideal. A gente já ta falando uma língua boa, a Língua Portuguesa. Precisa de um alcance maior pra gente conseguir se comunicar nesse "Brasilzão".

Podemos analisar pela entrevista de Ricardo que para ele existe o registro coloquial de pessoas não escolarizadas, pois ele constituiu

socialmente sua idéia (o imaginário). Para ele, a língua é uma influência de outros povos, não dependendo de um formalismo (forma normativa).

Registros coloquiais de pessoas escolarizadas:

Relacionado esse tópico com a pesquisa de campo:

Entrevistado: Renan

Local de nascimento: Piracicaba – SP

Pergunta: Você fala Português ou Brasileiro?

Renan: Falo mais brasileiro, com certeza.

Pergunta: E é uma língua culta?

Renan: A minha língua não é nenhum “poço” culta, mais informal de tudo, só a escrita que é culta.

Pergunta: Depende do ambiente ou não?

Renan: Depende da situação.

Podemos analisar, pela entrevista de Renan, que para ele existe o registro coloquial de pessoas escolarizadas, pois quem tem escolaridade sabe usar a forma coloquial na fala e a formal ou culta na escrita.

Registro formal

Relacionado esse tópico com a pesquisa de campo:

Entrevistado: Cláudio

Local de nascimento: Belém do Pará – PA

Pergunta: Você concordaria que todos falassem uma mesma língua, uma língua culta?

Cláudio: Ah sim, eu acho que tem uma discrepância. Tipo, Jesus (referindo-se a Renan), chego aqui e demoro pra gente se entender... se todo mundo falasse a norma culta, todo mundo... eu falo a norma, você tem que... pode usar gíria, você usa a norma culta, normal, padrão, só que quando todo mundo chegasse aí não tivesse essa diferença regional, eu chegasse aqui ele sabia entender. Ah... o problema maior é que todo mundo fala linguagem coloquial aí tem gíria né? Tem os termos que usa na região isso não é linguagem culta né? Eu acho que a linguagem culta seria ideal porque poderia se comunicar de uma maneira muito mais fácil né?

Podemos analisar, pela entrevista de Cláudio, que para ele existe o registro formal, ele é um estudante, que tem nível superior e para ele a norma culta seria um padrão de formas da linguagem, ou seja, todo mundo falaria igual, ignorando o coloquialismo.

Com essa sobreposição, o Português não é só língua nacional e língua oficial, mas também a língua materna de todos os brasileiros. Deste modo, se um falar regional é identificado com registros coloquial do Português, então esta língua regional (toda ela) está fora da língua nacional e da língua oficial. E ao mesmo tempo, sendo a língua materna de seus falantes, não é a língua deles enquanto brasileiros (é como se eles nunca falassem certo, ou pior, nunca falasse).

Isto se acrescenta a um fato de ordem política, compreender o caráter político do espaço de enunciação é parte de um processo para se saber como, na escola, por exemplo, mudar/afetar nosso espaço de enunciação refazendo-o.

Com base nisto, através da pesquisa de campo, vamos analisar uma entrevista com um estudante que veio da região Norte (Belém do Pará – PA) para a região Sudeste (São Carlos – SP).

Entrevistado: Cláudio

Pergunta: Onde você aprendeu a língua que fala? De onde vem?

Cláudio: (...) Apesar de hoje falar uma língua até estranha. Hoje eu chego lá... (e o povo fala) "Ta falando diferente... Tá falando igual a paulista..." eles ficam... Hoje eu falo uma coisa bem híbrida, também né? Nem falo o Português falado em Belém, entendeu?

Considerações finais

O registro formal se dá pelo caráter privilegiado politicamente de um Estado, ou seja, quem nasce naquele Estado, passa a ser visto como exemplo de norma culta para outros lugares menos privilegiados.

Exemplo: O Estado de São Paulo é um estado bem desenvolvido, e serve de "molde" para outros estados do Brasil, ou seja, o falar, por exemplo, nordestino, fica subordinado ao falar paulista. Indicando que a hierarquização existe para tornar o falar local de uma região como certo ou errado. Vimos então que dependendo do lugar onde você mora existem várias dominações de valor para língua/escrita.

Referências Bibliográficas:

MOSAICO de Linguagens / Josalba Fabiana dos Santos e Sheila Elias de Oliveira (orgs.).

Pesquisa de Campo / realizada em junho de 2009.